



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 121

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE OUTUBRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mario Roque - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 121

115ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Mensagens 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 10

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 14

Dep. Elton Welter 17

Dep. Professor Lemos 18

Dep. Elio Rusch 18

Dep. Ademar Traiano 23

Dep. Valdir Rossoni 24

Dep. Rosane Ferreira 24

Grande Expediente:

Dep. Neivo Beraldin 25

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 14

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 19

Dep. Plauto Miró 27

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 22

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Eduardo Cheida 26

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Reni Pereira 28

Liderança do PT

Dep. Luciana Rafagnin 29

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 30

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 32

Discussão/Votação

Redação Final 32

2ª Discussão 33

1ª Discussão 33

Requerimentos 35

Encerramento da Sessão 36

Publicações:

Atas de Comissões

Constituição e Justiça 37

Publicações Administrativas:

Resumo de Pregão 38

Errata:

Projeto de Resolução nº 017/09 38

DIÁRIO Nº 121

115ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 115ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
13 DE OUTUBRO DE 2009**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Elton Welter e Dr. Batista.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti

Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mario Roque, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (42).

Ausentes a Sra. Deputada Cida Borghetti e os Srs. Deputados: Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Edson Strapasson, Jonas Guimarães, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio e Nereu Moura (09).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Fábio Camargo e Luiz Nishimori (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CEE/CC 3340/09 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, comunicando que o Sr. Roberto Requião, Governador do Estado SANCIONOU o Projeto de Lei nº 056/09 de autoria do Deputado Chico Noroeste, que dispõe que a SANEPAR só poderá instituir cobrança pela prestação de serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos, se efetivamente executa tais serviços, conforme específica e adota outras providências, o qual convertido em lei tomou o nº 16240. **Anote-se, archive-se.**

Sob o nº CEE/CC 3352/09 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Reni Pereira, que solicita esclarecimento sobre o Corpo de Bombeiros do Estado. **Ao Conhecimento do Sr. Deputado Interessado.**

Mensagens

MENSAGEM Nº 087/09

Curitiba, em 06/10/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando dar nova redação ao artigo 2º, da Lei nº 7101, de 15/01/79, que autorizou o Poder Executivo a doar, ao Município e Piraí do Sul, imóvel situado naquele Município, objeto da Matrícula nº 3439, do Registro de Imóveis da Comarca de Piraí do Sul, para construção de um estádio municipal.

A medida ora proposta consulta aos interesses públicos, eis que a nova redação que se pretende dar ao referido artigo 2º visa, simplesmente, destinar o referido imóvel para construção de uma escola de ensino fundamental.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O artigo 2º, da Lei nº 7101, de 15/01/79, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O imóvel em referência será destinado à construção de uma escola de ensino fundamental.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. **À Diretoria Legislativa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 901/09

SÚMULA:

Propõem atenção especial e atendimento ao fornecimento de uma ambulância ao Município de Farol.

Sr. Secretário de Estado da Saúde:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

I - Que esta Secretaria de Estado dispense atenção especial e atendimento da necessidade do fornecimento de uma ambulância ao Município de Farol.

II - Os moradores nos relatam as dificuldades encontradas e pedem empenho na sensibilização desta Secretaria de Estado para o atendimento deste grande problema da falta de um veículo adequado para fazer o atendimento médico emergencial para a população.

II - Relatam-nos, ainda, que a intenção é minimizar a incidência de mortes em decorrência da falta de transporte adequado.

IV - Para a melhora imediata dos atendimentos e dos serviços oferecidos aos munícipes e da região é por demais importante a aquisição de uma ambulância.

V - A solicitação se justifica perfeitamente diante da situação atual.

VI - O atendimento deste pleito representa o atendimento das necessidades de milhares de paranaense que se beneficiariam dos atendimentos no Município e Região.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO N° 902/09

SÚMULA:

Sugere a reversão, ao Município de Ubatã de área de terras do Estado, conforme especifica.

Ao Exmo. Sr. Dr. Roberto Requião, DD. Governador do Estado:

O Deputado Caíto Quintana, nos termos do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, dirige-se a V. Exa. para sugerir o seguinte:

- Sejam tomadas providências urgentes no sentido efetivar a reversão, à Prefeitura Municipal de Ubatã, de uma área de terras com 3284,75 m², constituída pelo lote de terras n° B-1-F-31, remanescente 1, constante da Matrícula n° 18330 do Registro de Imóveis da Comarca de Ubatã, que havia sido doado ao Estado do Paraná para a construção da sede da Companhia da Polícia Militar, e até o momento não utilizado.

Conforme informações recebidas da Prefeitura Municipal, com esta reversão, o Município poderá programar obras no local para beneficiar moradores do Jardim Josefina, Conjunto União e Jardim Panorama, bairros circunvizinhos a este terreno.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) CAÍTO QUINTANA

INDICAÇÃO N° 903/09

SÚMULA:

Sugere a reversão, ao Município de Ubatã de área de terras da COHAPAR, conforme especifica.

Ao Exmo. Sr. Dr. Roberto Requião, DD. Governador do Estado:

O Deputado Caíto Quintana, nos termos do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, dirige-se a V. Exa. para sugerir o seguinte:

- Sejam tomadas providências urgentes no sentido efetivar a reversão, à Prefeitura Municipal de Ubatã, de uma área de terras constituída pelos lotes 01 a 24 da Quadra KK-1^a, com área de 5456 m²; lotes 01 a

26 da Quadra KK-1B, com área de 5984 m²; Rua Projetada A, com área de 1632 m² e Rua Projetada B, com área de 528 m², com Matrículas n°s 20293 a 20316, 20317 a 20342, 20343 e 20344, respectivamente, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca, somando uma área de 13600 m², que haviam sido doadas à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, pela Lei Municipal n° 1488/06, para a construção de unidades habitacionais, obra essa que não foi executada no prazo legal.

Conforme informações recebidas da Prefeitura Municipal, com esta reversão, o Município poderá programar obras no local, que resultarão em benefício coletivo da população.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) CAÍTO QUINTANA

Requerimentos

REQUERIMENTO N° 4946

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER seja reservado Salão Nobre desta Casa de Leis no dia 21/10/09 das 17h às 19h para a realização de lançamento do Livro Expedição Coração do Brasil/PR, do fotógrafo Orlando Azevedo.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 4951

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, que seja realizada Sessão Solene Comemorativa ao Dia do Médico, no dia 20 de outubro, terça-feira, às 10h30min, no plenarinho.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O dia 18 de outubro foi escolhido como o Dia dos Médicos por ser o dia consagrado pela Igreja a São Lucas, patrono dos médicos.

Estaremos realizando a Sessão Solene, para prestar uma justa homenagem aos profissionais que com dedicação cuidam da saúde do próximo, salvando vidas.

REQUERIMENTO N° 4943

Senhor Presidente:

Através do presente, os Deputados em epígrafe, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Comissão Executiva, a constituição da Bancada Especial Parlamentar em Defesa dos Meios de Hospedagem, Gastronomia, Entretenimento e Lazer do Paraná, composta por tantos quantos forem os membros subscritos. Visando auxiliar o fortalecimento e desenvolvimento do setor no Estado do Paraná.

Visam também, o fomento e a manutenção da geração de emprego e renda concomitantemente o fortalecimento do turismo e aprimoramento das atividades afins.

Para tanto, busco o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, para que juntos possamos, com maior força e empenho, formar esta bancada em prol deste setor abrangente das áreas do turismo, gastronomia, hospedagem, lazer e entretenimento.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

Apoiamento:

Reni Pereira, Douglas Fabrício, Tadeu Veneri, Ney Leprevost, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Luiz Carlos Martins, Ademir Bier, Jonas Guimarães, Felipe Lucas e Caíto Quintana.

REQUERIMENTO Nº 4947

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificar ausência na Sessão Ordinária do dia 13 de outubro do corrente ano, por estar representando a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em Rebouças.

Sendo o que se apresenta para o momento agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 4948

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER autorização da Assembleia Legislativa do Paraná para se ausentar do País no período de 16/10/09 a 04/11/09, com destino aos Estados Unidos.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 4960

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, autorização da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para se ausentar do País no período de 16 a 29 de outubro de 2009.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO Nº 4961

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, comunicar a Mesa Executiva desta Casa de Leis e justificar sua ausência nas Sessões Ordinárias a realizar-se nos dias 14

e 15 de outubro do corrente ano, em virtude de viagem a Brasília.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO Nº 4924

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Major do Exército Benur Augusto Muniz, Presidente da Legião Paranaense dos Expedicionários, ocorrido no último dia 05 de outubro, em Curitiba.

Requer, outrossim, seja dada ciência aos familiares.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta segunda-feira, com 90 anos, o Presidente da Legião Paranaense dos Expedicionários, o Major do Exército Benur Augusto Muniz.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumprem o dever de associar-se a dor que abalou a família Muniz, endereçando a eles, votos de profundo pesar.

REQUERIMENTO Nº 4925

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento de Germano Hardke, ocorrido em 07 de outubro do corrente, na Cidade de Marechal Cândido Rondon/PR.

Pioneiro da agricultura orgânica na Região Oeste do Paraná, Germano Hardke foi laureado na década de 80 como produtor modelo nacional, produzindo desde a década de 60, alimentos sem agrotóxicos.

Requer, outrossim, seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, Sra. Gema Hardke.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 4926

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje voto de congratulações e de reconhecimento público ao Instituto Cultural Arte Brasil, com sede em Londrina.

O Instituto, fundado há 10 anos é presidido com muita competência e dignidade por Aldo Moraes, sendo responsável, com muito sucesso, do projeto Batuque na Caixa, que já atendeu mais de 5 mil e 100 crianças e adolescentes, com aulas gratuitas de música, teatro, literatura

e de cidadania. Trata-se de um extraordinário e notável projeto social, altamente elogiado por todos que dele compartilham, servindo de modelo para todo o Brasil.

Requeiro que as homenagens desta Casa de Leis sejam comunicadas ao Presidente Aldo Moraes, com votos de permanente sucesso em tão nobre trabalho.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 4927

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e de Reconhecimento Público à Feliz Idade - Associação Religiosa e Terapêutica de Londrina. Fundada em 10/07/07, a entidade, coordenada pela sua Presidente Eliane Rodrigues de Paula, realiza uma brilhante obra humanitária e social de prevenção e cuidados com doentes crônicos de depressão. Poucas pessoas realizam ações neste campo, lembrando que a grave doença exige competente e permanente trabalho, visando o tratamento e recuperação das pessoas afetadas pela doença. Sem dúvida, trata-se de ação abençoada e de excelentes resultados práticos.

Requeiro que as homenagens desta Casa de Leis sejam comunicadas à Presidente Eliana Rodrigues de Paula, com votos de permanente sucesso a todos os participantes desse notável projeto de lei.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 4928

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações pelo 97º aniversário do Corpo de Bombeiros da PMPR, que se realizará em 08 de outubro do corrente.

Requer, outrossim, seja dada ciência do presente requerimento ao Comandante do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, Cel. QOBM Jorge Luiz Thais Martins.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Em 1912, o Presidente da Província do Paraná, Rd Carlos Cavalcanti, apresentou ao Congresso Legislativo do Paraná, um pedido de crédito necessário à criação de um Corpo de Bombeiros na Capital. Organizou-se, assim, uma organização, que tinha equiparados os postos dos seus componentes, na plenitude de direitos, honras, prerrogativas e vantagens, aos equivalentes do Regimento de Segurança que é a atual Polícia Militar do Paraná. Dia 08 de outubro de 1912 marcou o início das atividades do Corpo de Bombeiros do Paraná, pela leitura da ordem do

dia baixada pelo Maj Fabriciano do Rego Barros, primeiro comandante da Corporação.

REQUERIMENTO Nº 4940

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de votos de congratulações, ao Procurador-Geral de Justiça Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, pela sua posse como Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, a ser realizada no próximo dia 15 do corrente.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 4941

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de votos de congratulações, ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - APP Sindicato, pela passagem do Dia do Professor a ser comemorado em 15 de outubro.

Requer ainda, que se dê ciência à Sra. Professora Marlei Fernandes de Carvalho - Presidente da APP - Sindicato, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 4942

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos a APAE de Prudentópolis pela passagem de seus 25 anos de fundação.

Requer, igualmente, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Ilmo. Sr. Adilon Emidio da Silva, Presidente da APAE, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná receba e cumprimente a laboriosa equipe de funcionários, alunos e colaboradores desta entidade.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Em setembro de 1984, em uma reunião do Rotary Clube de Prudentópolis o professor Humberto José Limberger, convidado pela professora de Educação Especial Denise Bubniak proferiu palestra esclarecedora sobre a Associação de Pais e amigos dos Excepcionais. Sensibilizados, os rotarianos abraçaram a causa do movimento apaeano e elegeram uma comissão para coordenar a fundação da APAE em Prudentópolis, tendo sua fundação

ocorrida em 14/11/84. No início diversos profissionais da área de Saúde se prontificaram a prestar trabalhos voluntários aos portadores de necessidades especiais da APAE. Finalmente no dia 21/10/85 em espaço físico locado da família do Sr. Odilon Pilati, iniciaram-se as aulas graças ao trabalho voluntário da professora Elisete Zaias e da Sra. Maria Roseli de Oliveira sob a coordenação da professora de Educação Especial Denize Bubniak.

REQUERIMENTO N° 4957

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUER, ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária, desta data, de congratulações à Associação Comercial e Industrial de São Miguel do Iguaçu pela exemplar organização do concurso Miss São Miguel do Iguaçu, evento realizado no último sábado com grande sucesso. A festa, depois de sete anos sem realização, a sua reedição foi pujante, feita em grande espetáculo em beleza e organização.

Caso aprovada a presente proposição, o Depurado proponente solicita seja dada ciência da mesma à diretoria, associados e colaboradores, via correspondência a ser encaminhada ao Sr. Charles Winicius Zilio, Presidente da Associação Comercial e Empresarial de São Miguel do Iguaçu/PR.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 4958

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUER, ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária, desta data, de congratulações à Associação Internacional de Lions Clubes, Distrito LD-1, pela passagem do Dia Mundial do Lions Clube, no último dia 10 de outubro.

Caso aprovado a presente proposição, requer-se seja dada ciência da mesma às autoridades leonística, com votos de contínuo sucesso e pleno êxito nas atividades junto a seus clubes de serviço.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A data de 10 de outubro, é consagrada como Dia Mundial do Lions Clube, uma importante organização social do planeta que acaba de comemorar os seus 92 anos de fundação.

O Lions Clube Internacional é a maior organização internacional de clubes de serviços do mundo, voltada para serviços humanitários. Seus membros são associados a organizações locais designadas Lions Clube. O primeiro Lions Clube foi fundado nos Estados Unidos em

1917 por Melvin Jones e se tornou internacional em 1920, quando foi fundado um Lions Clube no Canadá. Atualmente, existem mais de 46 mil Lions Clube espalhados por 193 Países.

A declaração da Associação Internacional de Lions Clubes define uma nobre missão: “Dar poder aos voluntários para que possam servir às suas comunidades e atender suas necessidades humanas, fomentar a paz e promover a compreensão mundial através dos Lions Clubes.

Em sua cartilha, esta maravilhosa organização preconiza “incentivar as pessoas bem intencionadas a servir às suas comunidades sem benefício financeiro próprio, estimular a eficiência e promover elevados padrões éticos no comércio, na indústria, nas profissões, nos serviços públicos e nos empreendimentos particulares”.

Por estas razões, cabe-nos reconhecer a importância da autuação dos Lions Clubes e, ao mesmo tempo, expressar a nossa permanente gratidão pelos seus positivos feitos em favor das nossas comunidades.

REQUERIMENTO N° 4959

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUER, ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária, do dia de hoje, de congratulações aos engenheiros-agrônomos paranaenses pela passagem do Dia do Engenheiro-Agrônomo, que ocorreu na data de ontem.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Nestes tempos em que o mundo vive dias atônitos diante da grande necessidade de aumentar a produção de alimentos, aparece a figura do engenheiro-agrônomo como principal agente para enfrentar esse enorme desafio. Por força de seu conhecimento, ele é detentor da ferramenta para incrementar políticas capazes de impulsionar a capacidade produtiva da agricultura mundial. É o profissional que pode mudar a face do mundo.

No atual contexto do agronegócio é profissional preponderante. É o grande parceiro por uma agricultura competitiva e comprometida com a produção de alimentos. Na visão do professor Marcos Roberto Furlan, doutor em Agronomia (Horticultura), junto a Universidade Estadual Paulista: “o engenheiro-agrônomo é o principal profissional responsável pelo elemento essencial à vida dos seres vivos: o alimento.”

Com uma profissão de amplas possibilidades, o engenheiro-agrônomo vai ganhando também papel fundamental em novas frentes de trabalho, em especial, nas políticas de preservação e conservação do meio ambiente. Contribuindo para as discussões sobre o aquecimento global, efeito estufa e na busca de energias alternativas.

Revela notar, neste momento, que a instituição do Dia do Engenheiro-Agrônomo, no dia 12 de outubro, tem por causa a primeira regulamentação da profissão, que aconteceu nessa data, no ano de 1933.

Ao prestar essa homenagem aos valorosos engenheiros-agrônomos de nosso Estado, cujas vidas marcam no tempo pelo nobre trabalho que realizam, o faço nas palavras exortativas do Oração do Engenheiro-Agrônomo: *Herdarás o solo sagrado e a fertilidade será transmitida de geração em geração/ Protegerás teus campos contra a erosão e tuas florestas contra a desolação/ Impedirás que tuas fontes sequem e que teus campos sejam devastados/ Para que teus descendentes tenham abundância para sempre.*

REQUERIMENTO N° 4933

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Wanda Aparecida S. Morais.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Wanda Aparecida S. Morais, membro titular eleita para o Conselho Municipal de Saúde. Representando o Distrito Sanitário de Santa Felicidade, foi escolhida para fazer estudos preliminares, emitindo pareceres e recomendações sobre pontos de pauta de reuniões ordinárias e extraordinárias, tratando de assuntos do interesse do sistema de saúde e fazendo averiguações de denúncias contra o Sistema Único de Saúde.

Debatedora dos assuntos e questões de forma técnica, empresta seus conhecimentos para o bem-estar da comunidade.

REQUERIMENTO N° 4934

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Anelise B. Alves.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Anelise B. Alves, membro titular eleita para o Conselho Municipal de Saúde. Representando o Distrito Sanitário do Portão, foi escolhida para fazer estudos preliminares, emitindo pareceres e recomendações sobre pontos de pauta de reuniões ordinárias e extraordinárias, tratando de assuntos do interesse do sistema de saúde e fazendo averiguações de denúncias contra o Sistema Único de Saúde.

Debatedora dos assuntos e questões de forma técnica, empresta seus conhecimentos para o bem-estar da comunidade.

REQUERIMENTO N° 4935

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Daiane de Moura Kehl.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Daiane de Moura Kehl, membro titular eleita para o Conselho Municipal de Saúde. Representando o Distrito Sanitário do Pinheirinho, foi escolhida para fazer estudos preliminares, emitindo pareceres e recomendações sobre pontos de pauta de reuniões ordinárias e extraordinárias, tratando de assuntos do interesse do sistema de saúde e fazendo averiguações de denúncias contra o Sistema Único de Saúde.

Debatedora dos assuntos e questões de forma técnica, empresta seus conhecimentos para o bem-estar da comunidade.

REQUERIMENTO N° 4936

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. João Flaviano Faedo.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. João Flaviano Faedo, membro titular eleito para o Conselho Municipal de Saúde. Representando o Distrito Sanitário da Matriz, foi escolhido para fazer estudos preliminares, emitindo pareceres e recomendações sobre pontos de pauta de reuniões ordinárias e extraordinárias, tratando de assuntos do interesse do sistema de saúde e fazendo averiguações de denúncias contra o Sistema Único de Saúde.

Debatedor dos assuntos e questões de forma técnica, empresta seus conhecimentos para o bem-estar da comunidade.

REQUERIMENTO N° 4937

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Reginaldo M. Jerônimo.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Reginaldo M. Jerônimo, membro titular eleito para o Conselho Municipal de Saúde. Representando o Distrito Sanitário da CIC, foi escolhido para fazer estudos preliminares, emitindo pareceres e recomendações sobre pontos de pauta de reuniões ordinárias e extraordinárias, tratando de assuntos do interesse do sistema de saúde e fazendo averiguações de denúncias contra o Sistema Único de Saúde.

Debatedor dos assuntos e questões de forma técnica, empresta seus conhecimentos para o bem-estar da comunidade.

REQUERIMENTO Nº 4938

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Luiz Carlos Pinheiro.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Luiz Carlos Pinheiro, membro titular eleito para o Conselho Municipal de Saúde. Representando o Distrito Sanitário do Cajuru, foi escolhido para fazer estudos preliminares, emitindo pareceres e recomendações sobre pontos de pauta de reuniões ordinárias e extraordinárias, tratando de assuntos do interesse do sistema de saúde e fazendo averiguações de denúncias contra o Sistema Único de Saúde.

Debatedor dos assuntos e questões de forma técnica, empresta seus conhecimentos para o bem-estar da comunidade.

REQUERIMENTO Nº 4939

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Wilmar Antônio Della Páscoa.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Wilmar Antônio Della Páscoa, membro titular eleito para o Conselho Municipal de Saúde. Representando o Distrito Sanitário do Boqueirão, foi escolhido para fazer estudos preliminares, emitindo pareceres e recomendações sobre pontos de pauta de reuniões ordinárias e extraordinárias, tratando de assuntos do interesse do sistema de saúde e fazendo averiguações de denúncias contra o Sistema Único de Saúde.

Debatedor dos assuntos e questões de forma técnica, empresta seus conhecimentos para o bem-estar da comunidade.

REQUERIMENTO Nº 4944

Senhor Presidente:

O Deputado Reinhold Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações aos 30 anos do Coral Paraná.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Com a intenção de despertar o interesse pela música entre os funcionários públicos e, ao mesmo tempo proporcionar-lhes momentos de cultura e lazer, no ano de 1979, o Governador Ney Braga determinou, à época, que três Secretários, de Cultura e Esportes, do Pla-

nejamento e o de Recursos Humanos, hoje Secretaria de Estado da Administração e Previdência, se responsabilizassem pela criação do Coral Paraná, o que aconteceu oficialmente em 06/10/79.

A primeira apresentação oficial, com 126 integrantes, foi em 06/07/80, na missa realizada em frente ao Palácio Iguazu, com a presença do Papa João Paulo II, quando de sua visita a Curitiba. Hoje são 54 integrantes do Coral. De 79 até agora, foram centenas de apresentações nos mais diversos centros culturais do Paraná e até de outros Estados, dominando um repertório eclético, que inclui músicas de compositores brasileiros como Tom Jobim, Chico Buarque, temas sacros, músicas clássica, erudita e folclore do Paraná e do Brasil, entre outros. É patrocinado pelo Governo do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e Previdência, contando com o apoio da Assembleia Legislativa.

Além destas apresentações de caráter festivo, o Coral Paraná canta em hospitais, asilos, creches, enaltecendo com alegria o cantar, e também organiza bingos e bazares beneficentes, cuja renda proporciona lanche e presentes aos internos de diversas entidades assistenciais, levando carinho e um pouco de alegria à esses enfermos tão carentes de atenção.

O regente é Paulo Kühn e Ellisana Kühn, auxiliado por Paulo Murilo e Jonatas Jessé Borges. As apresentações sempre são iniciadas com o Hino do Paraná, cuja música é do autor paranaense Bento Mossurunga e a letra de Domingos do Nascimento, hino que o Coral Paraná usa como marca e para divulgá-lo.

REQUERIMENTO Nº 4932

Senhor Presidente:

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvido o Plenário, seja consignada na ata dos trabalhos da presente Sessão, menção honrosa para a Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar-COOPERHAF, pelo recebimento do Prêmio Mundial Habitat, concedido pela fundação britânica Building and Social Housing Foundation (BSHF) - Fundação Construção e Habitação Social.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

A Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar - COOPERHAF recebeu, no último dia cinco, o Prêmio Mundial Habitat, concedido pela fundação britânica Building and Social Housing Foundation (BSHF) - Fundação Construção e Habitação Social. O prêmio é oferecido anualmente, sendo destinado a projetos inovadores que mostrem soluções práticas e sustentáveis às necessidades e problemas de moradias, e que possam ser adaptados em outras partes do mundo, incorporando vantagens como economia nos gastos de energia e água.

O projeto Caprichando a Morada, da COOPERHAF, foi selecionado entre 500 inscritos em todo o mundo, como uma das melhores práticas para a melhoria

das condições de vida das pessoas. A premiação é dada pelo Programa Habitat, da ONU.

O projeto Caprichando a Morada tem como objetivo construir e reformar residências do meio rural brasileiro, bem como capacitar e formar agricultores familiares por meio de cursos que abordam matérias relacionadas à agricultura e construção habitacional. O projeto já viabilizou a construção ou reforma de cerca de 30 mil residências em 12 Estados brasileiros.

A premiação é uma conquista coletiva que resulta de uma luta histórica de organização dos agricultores familiares e de uma longa caminhada pela garantia de políticas públicas para habitação rural.

É pela alta relevância e importância do Prêmio recebido de Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar que esta Deputada requer o presente.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 560/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o parágrafo 5º do artigo 2º da Lei nº 16239 de 29/09/09, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º ...

§ 5º Será cassada a eficácia da inscrição, junto ao Cadastro de Contribuinte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), dos estabelecimentos comerciais que forem flagrados vendendo cigarros a menores de 18 (dezoito) anos de idade.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa proteger a saúde de menores de 18 anos, tendo em vista, o previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 243, pena de detenção 02 (dois) à 04 (quatro) anos e multa para quem vender, fornecer ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica (como é o caso do cigarro), e ainda em seu artigo 2º, considera-se criança, para os efeitos desta lei a pessoa até 12 (doze) anos de idade incompleto, e adolescente aquela entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade.

Acrescenta-se, ademais, que com tal modificação - mínima, mas de grande importância, a lei paranaense melhor se harmonizará com o disposto pelo ECA e o objetivo da lei visando proteção à saúde, prioritariamente das crianças e adolescentes, estará plenamente atendida.

PROJETO DE LEI Nº 561/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Torna obrigatória a presença de profissionais de odontologia na equipe multiprofissional das Unidades de Terapia Intensiva, em todos os hospitais públicos ou privados do Estado do Paraná, para os cuidados da saúde bucal dos pacientes.

Parágrafo Único. Caberá ao profissional de odontologia, a que se refere este artigo, o atendimento preventivo e de emergência aos pacientes internos naquelas unidades.

Art. 2º O descumprimento desta lei implicará nas penalidades legais aplicáveis pelos órgãos e entidades de controle social dessas atividades a serem regulamentadas pelo Poder Executivo.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor 120 (cento e vinte) dias após a sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

Diversos estudos demonstram que a saúde bucal nem sempre é valorizada na maioria dos protocolos de higiene pessoal e na saúde geral das pessoas hospitalizadas. Pacientes hospitalizados por um tempo prolongado raramente são submetidos a protocolos de saúde bucal (LOCKER *et al*, 2000) embora, estudos realizados nos últimos anos têm apontado a doença periodontal como possível fator de risco para as doenças sistêmicas. A falta de atendimento odontológico nas UTIs, associado às condições próprias do ambiente e dos internados propicia a colonização do biofilme bucal por microrganismos patogênicos, especialmente por patogenias respiratórias. Em unidades de terapia intensiva (UTIs) a pneumonia nosocomial é responsável por altas taxas de morbidade, mortalidade e aumento expressivo dos custos hospitalares, sendo que seu estabelecimento se dá mais comumente pela aspiração do conteúdo presente na boca e faringe, o que reforça a contribuição significativa dos cuidados orais no paciente crítico.

A advento da medicina periodontal que resulta de uma série de estudos, demonstra significantes indícios do papel da doença periodontal como um fator predisponente ao desenvolvimento ou exacerbação de problemas da ordem sistêmica, tais como: doenças respiratórias, partos prematuros e nascimento de bebês de baixo peso, doenças cardiovasculares, além de eventuais dificuldades frente ao controle metabólico do diabetes.

Quando na UTI o paciente já possui a saúde bucal afetada pela própria condição em que se encontra. Com a falta de mastigação de alimentos, movimentação da língua e bochechas e a fala comprometida ocorrem redução na limpeza natural da boca e consequente queda no fluxo

salivar. Tudo isso causado pela própria doença, por estresse ou por ansiedade, ou ainda pelos medicamentos ingeridos, aumentando ainda as chances de acúmulo de placa bacteriana. Em casos que o paciente necessita de ventilação mecânica, o que o impede de fechar a boca, a cavidade oral fica ainda mais ressecada e em mais contato com o ambiente. Muitas doenças sistêmicas e medicações utilizadas por longos períodos causam alterações na cavidade oral como gengivites, diminuição da saliva, feridas, ardência na língua, etc.

A realização periódica de procedimentos de cuidados orais aos usuários pode influenciar no tratamento e prognóstico do paciente e reduzir os índices de mortalidade por infecção hospitalar. Portanto, o cirurgião-dentista deve integrar-se as outras especialidades a fim de promover resultados positivos, visando o tratamento global dos pacientes, a prevenção de doenças e maior humanização em UTIs.

Uma das principais funções da equipe odontológica é garantir que infecções na boca não atinjam órgãos vitais, como o coração e os pulmões. No Brasil, um dos serviços pioneiros desse gênero foi o da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, organizado nos fins da década de 40, tendo se tornado um serviço de referência no gênero, conhecido nacional e internacionalmente.

O maior problema do cirurgião-dentista para integrar equipes multidisciplinares em UTIs está na baixa prioridade do procedimento odontológico diante dos numerosos problemas apresentados pelo paciente. Contudo, o serviço ajuda a prevenir infecções hospitalares sistêmicas relacionadas ao sistema estomatognático, em especial as respiratórias. Poucos hospitais realizam procedimentos preventivos em suas UTIs, apesar do baixo custo do atendimento odontológico.

Para a Coordenação Nacional de Saúde Bucal do Ministério da Saúde, a inserção do cirurgião-dentista nas UTIs não significa aumento dos custos, e mesmo onde for necessária a contratação de profissionais, será gerada uma economia para o sistema, pois diminuirá o tempo de internação e as diárias pagas. Havendo no final, uma economia dos gastos.

A saúde bucal do paciente internado em UTI é um serviço barato, pois geralmente envolve processos simples e rápidos e, ainda, evita gastos maiores do hospital com o paciente ao prevenir infecções hospitalares e diminuir o tempo de internação e o uso de medicamentos. Os pacientes internados em UTIs devem receber cuidados especiais e constantes, não apenas para tratar os problemas que os levaram à internação, mas também para cuidar dos demais órgãos e sistemas que podem sofrer alguma deterioração prejudicial para a recuperação e prognóstico.

Enfim, segundo os especialistas, a presença de um cirurgião-dentista nas equipes multiprofissionais das Unidades de Terapia Intensiva dos hospitais, possibilitará: melhora na qualidade de sobrevivência dos pacientes, redução do risco de contrair infecções, redução no tempo de

internação, redução dos custos hospitalares, redução do uso de medicamentos.

Considerando que a Constituição Federal estabelece no seu artigo 24 inciso XII que legislar sobre Saúde é competência concorrente da União, dos Estados e dos Municípios, é que esta Deputada solicita o apoio de todos os Parlamentares para este projeto de lei. O presente projeto nos deixa em condições de darmos um salto de qualidade no atendimento à saúde em nosso Estado, garantindo que profissionais de odontologia integrem as equipes de Unidade de Terapia Intensiva (UTIs).

PROJETO DE LEI Nº 562/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual à Associação de Moradores da Região Norte - AMONO, com sede e foro no Município de Luiziana/PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Associação de Moradores da Região Norte - AMONO é uma instituição civil de direito privado, sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para prestação de serviços nas mais variadas atividades de caráter benéfico, promocional, profissionalizante, educativo cultural, esportivo e outras, para desenvolver integralmente a pessoa humana, resgatar a sua dignidade e conquistar a meta da autosustentação e, também conta com parcerias através de convênios com órgãos governamentais, privados, faculdades e outros.

Público alvo:

Crianças, adolescentes e respectivas famílias em situação de risco pobreza e vulnerabilidade social.

O título de utilidade pública é essencial para que este trabalho possa ser mantido e para que o número de famílias atualmente atendidas seja, cada vez mais ampliado.

PROJETO DE LEI Nº 563/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam as unidades básicas de saúde, os postos de pronto atendimento, equipe do programa médico da família, as unidades pré-hospitalares, as clínicas particulares, os ambulatorios, os hospitais públicos, privados e conveniados do SUS (Sistema Único de Saúde) obrigados a preencher e encaminhar aos órgãos de Segurança Pública do Estado do Paraná relatório de atendimento à vítima de acidentes com arma, devendo ser entregue no

prazo máximo de uma hora, a contar do horário de atendimento registrado no prontuário médico.

Art. 2º Para efeitos desta lei, serão consideradas as seguintes armas: armas de fogo, instrumentos perfuro cortantes e instrumentos contundentes.

Art. 3º Nos casos de acidentes graves, fatais ou envolvendo menores e idosos, a comunicação deverá ocorrer de forma imediata.

Parágrafo Único. Serão considerados acidentes graves aqueles que resultem em politraumatismo, amputações, esmagamentos, traumatismo crânio-encefálico, fratura de coluna, lesão de medula espinhal e traumas com lesões viscerais.

Art. 4º O formulário que será usado nesta comunicação será devidamente regulamentado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A necessidade desta comunicação em tempo ágil, se contempla como princípio de comunicação, isto é de informar o quanto antes os fatos para poder desta forma subsidiar investigações, prevenções e repressões contra o crime em nosso Estado.

Esta comunicação tem o intuito também de mapear as áreas do nosso Estado, fazendo um estudo verdadeiro da realidade dos crimes no Estado do Paraná.

Desta forma, com uma rapidez na informação, as investigações podem ser feitas com mais agilidade, e os criminosos descobertos, causando uma possível diminuição nas fugas, que na maioria das vezes se dá com o retardo das informações.

Diante do exposto e da extrema importância do assunto em tela, requer o devido apoio e a consequente aprovação da presente proposta.

PROJETO DE LEI Nº 564/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Semana Antidrogas nas escolas públicas e privadas situadas no Estado do Paraná.

Art. 2º O objetivo desta semana é conscientizar os jovens dos males causados pelo uso de entorpecentes, adotando palestras, seminários, debates, teatros, apresentações musicais, e exposições que podem ser realizadas pelos próprios alunos.

Art. 3º A Semana Antidrogas contará com a participação dos alunos, professores e demais educadores das escolas, ficando a critério de cada entidade escolar procurar outras pessoas para participar, explicar e demonstrar os malefícios causados por entorpecentes.

§ 1º A semana em que será realizada a Semana Antidrogas nas escolas públicas será definida pelo Poder Executivo.

§ 2º Cada escola privada definirá em que semana realizará a sua Semana Antidrogas.

Art. 4º A Semana Antidrogas das escolas públicas terá a sua inclusão no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A Semana Antidrogas tem o objetivo de oferecer aos jovens uma maior conscientização sobre os malefícios causados pelo uso de entorpecentes. Faz necessário começar pelos jovens, uma vez que nesta fase é que os entorpecentes são apresentados, devendo, portanto existir uma resposta para combater este uso.

Somente desta forma, as crianças e os jovens poderão ter um maior conhecimento sobre os efeitos causados pelo uso de drogas, e deste forma causar uma maior prevenção a respeito do assunto. Portanto uma maior discussão sobre o assunto só trará benefícios a sociedade.

O presente projeto busca integrar os profissionais da área de Educação em conjunto com os próprios alunos, para que possam discutir, debater e trabalhar com o assunto, buscando assim uma maior participação dos alunos para que desta forma a conscientização se dê da maneira correta, e colabore com a diminuição deste consumo de entorpecentes que tanto preocupa o nosso Estado.

Diante do exposto e da extrema importância do assunto em tela, requer-se o devido apoio e a consequente aprovação da presente proposta.

PROJETO DE LEI Nº 565/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É obrigatória a instalação de sistema de vigilância eletrônica, por meio de câmeras de vídeo, nas arenas e multiuso e estádios de futebol credenciados para a realização de jogos oficiais.

Parágrafo Único. As câmeras de vídeo a que se refere o *caput* deste artigo oferecerão cobertura visual simultânea de todas as áreas onde haja concentração de público.

Art. 2º As arenas de multiuso e os estádios de futebol de que trata esta lei terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da entrada em vigor desta lei, para atenderem o disposto no artigo 1º.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

Os estádios de futebol, e arenas multiusos tem a intenção de alegrar os participantes, trazendo diversão e lazer para as pessoas que vão ver os jogos.

Acontece que cada vez mais estes lugares se tornam ambientes perigosos, em que a violência toma conta, e as pessoas começam a ter medo de frequentar estes ambientes.

Desta forma, a necessidade de se instalar câmeras de segurança se faz necessário, aja visto que este item de segurança reprime o vândalo, causando uma maior tranquilidade às pessoas de boa índole que frequentam estes ambientes.

Este projeto de lei tem como alvo tornar obrigatória a instalação de sistema de vigilância, por câmeras de vídeo, em todos os locais de grande concentração de torcidas, seja nas arenas de multiuso seja nos estádios de futebol credenciados para a realização de jogos oficiais.

Diante do exposto e da extrema importância do assunto em tela, requer-se o devido apoio e a consequente aprovação da presente proposta.

PROJETO DE LEI Nº 566/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As empresas privadas que celebram contratos de adesão e os órgãos públicos do Estado ficam obrigados a reservar espaços nas suas repartições, em locais de maior circulação de pessoas, para a afixação de cartazes ou similares, contendo publicidade da Lei nº 11785, de 22/09/08, que define o tamanho mínimo da fonte em contrato de adesão.

Art. 2º Os veículos de comunicação impressa, televisiva, radiofônica e eletrônica dos Poderes do Estado destinarão espaço para a divulgação do direito do consumidor em receber o contrato de adesão impresso com fonte de tamanho não inferior ao corpo 12.

Parágrafo Único. O órgão oficial de imprensa dos Poderes do Estado destinará espaço para campanhas de divulgação sobre a Lei nº 11785, de 22/09/08.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem como finalidade informar ao consumidor a Lei nº 11785 do dia 22/09/08, que tem por finalidade definir o tamanho mínimo de fonte em contratos de adesão.

Desta forma, o presente projeto visa informar as pessoas deste direito, uma vez que muitas pessoas são enganadas, aja visto que os contratos são feitos em fontes de tamanho bastante reduzidos, impossibilitando a leitura de grande parte das pessoas.

O objetivo deste projeto é demonstrar algo estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil, que estabelece que quem deve defender os interesses do cidadão é o Estado, sendo portanto de competência desta Casa analisar o presente projeto.

Ainda em consonância com a Constituição Brasileira, o Código de Defesa do Consumidor também estabelece sobre o assunto, colocando como princípio básico das relações consumeristas a proteção aos interesses econômicos do consumidor e a harmonização dos interesses de todos aqueles que fazem parte da cadeia de consumo.

Diante do exposto e da extrema importância do assunto em tela, requer-se o devido apoio e a consequente aprovação da presente proposta.

PROJETO DE LEI Nº 567/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica disposto que as escolas do Estado do Paraná devem fixar em suas salas de aula, em local visível, informações sobre os números de telefone dos serviços de emergência.

Parágrafo Único. Os números de telefones que deveram conter nestes cartazes são: Polícia Militar, Polícia Civil, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, do Serviço de Atendimento Móvel e Urgência (SAMU), Disque Denúncia e das Delegacias Especializadas no Atendimento da Mulher.

Art. 2º O Poder Executivo terá o prazo de 90 dias para regulamentar a presente lei, a contar da data da sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/10/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

Os números de telefones de serviços de emergência são extremamente fundamentais para todas as pessoas, já que na hora de uma necessidade estes são os números aos quais recorremos.

O fato de afixar cartazes nas escolas do Estado faz com que a criança e o adolescente possam memorizar

estes números, e quando precisarem estes números estejam fixados na cabeça das pessoas. Ainda sobre o assunto, caso algo de ruim aconteça nessas escolas fica mais fácil de encontrar os números, agilizando o serviço e podendo contribuir na hora de uma emergência.

A capacidade que a criança tem de memorizar números é muito maior que do adulto, devendo portanto usar desta capacidade para afixar estes números, e na hora que necessitarem estes números estejam memorizados na cabeça destas pessoas.

Diante do exposto e da extrema importância do assunto em tela, requer-se o devido apoio e a consequente aprovação da presente proposta.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Antonio Belinati.

Antes, porém, quero saudar os agentes penitenciários, todos acompanhados do seu Presidente, o Cleiton, que vêm nos visitar hoje. Saibam da nossa solidariedade e do nosso apoio à causa de vocês. Sejam bem-vindos a esta Casa!

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Deputado Nelson Justus, Deputado Elton Welter, nosso querido médico, Dr. Batista, saudando os agentes penitenciários.

Agradecer a Deus, Sr. Presidente, que a Folha de Londrina publica hoje o comparecimento ou falta dos Srs. Deputados nas Sessões aqui da Casa. Como não tivemos nenhum problema grave de doença na família, Deus nos permitiu que comparecesse em todas as Sessões aqui do mês de setembro, como comparecemos também durante o ano todo. São três Deputados que não tiveram nenhuma falta: eu, o Deputado Jocelito Canto e o Deputado Tadeu Veneri. Evidentemente o Parlamentar, por algum motivo, se vê na contingência de faltar a Sessão, e eu sempre agradeço a Deus, todo mês, quando sai o relatório na Folha de Londrina e o nosso nome está lá, 100% de comparecimento nas Sessões. No mínimo é a nossa obrigação, porque temos o voto do povo, pleiteamos o voto do povo, somos eleitos para quê? Para trabalhar, trabalhar com prazer para servir o nosso povo.

Recebo e-mail do Alexandre: *Deputado Belinati, por que o Governo do Paraná não dá apoio ao estudo tecnológico, educação à distância para a formação de novos professores na região de Maringá, como Mandaguari, Marialva e Jandaia do Sul?* Alô Governador Requião. É uma sugestão boa. Primeira vez que eu recebo um e-mail com a sugestão do Governo do Paraná criar o ensino à distância.

De Jescaria: *As condições da SERCOMTEL não estão muito favoráveis. Peço ao Deputado Antonio Belinati que verifique, 30% do aumento em cima do 102 é realmente negativo para a empresa. Peço que verifique esse aumento.* Bom, aqui está falando que teve um aumento de 30%. Como não teve inflação evidentemente que o aumento é pesado demais e não podemos concordar.

Da Dona Elza do Rocio Siqueira: *Amigo Belinati, estamos acompanhando o seu trabalho em Curitiba, mas precisamos de você aqui em Londrina como Prefeito. Trabalho na Vila da Saúde.* Ela é terceirizada e está me comunicando que o salário do mês passado ainda não foi pago. Nós, Deputados, estamos contando o dia em que vamos receber o pagamento, e é um salário muito bom; agora imaginem aquele que ganha um salário pequeno e chega o dia do pagamento e não sai. A pessoa tem conta para pagar, tem tanta coisa para fazer com o pouco dinheiro.

O Rogério Balera manda um e-mail sobre os aeroportos. Ele entende, aliás, o sindicato está entendendo que é preciso que o Governo do Paraná, com verba federal, melhore os vários aeroportos de Cidades estratégicas do Paraná. Entendo que avião é um ponto importante na economia de uma Cidade, de uma região.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Fiz uma crítica aqui ao Prefeito de Londrina, pois está retirando os vendedores de lanche que trabalham há 10, 15, 20 anos no terminal de transporte coletivo de Londrina.

Recebi um e-mail do Renato, que está defendendo o Prefeito Barbosa Neto, dizendo que ele está certo em retirar os vendedores do terminal. Aliás, o Renato vai mais além, está me criticando porque defendi aqui os vendedores de cachorro-quente. Ele diz que, além de retirar, deveriam tacar fogo nos carrinhos deles. Como aqui é uma Casa democrática, leio aqui o que é a favor e o que é contra também.

Tenho aqui um e-mail da Nayara, esposa de PM. Atenção, Deputados que ainda não assinaram a emenda constitucional, eu já assinei, e a última contagem que fiz estava em 26 assinaturas para os policiais receberem o pagamento através de subsídios, conforme manda a Constituição do Brasil. Faz 11 anos que isso está valendo e com isso os policiais militares já têm 30% de perda em seu salário. Não adianta assinar e a emenda morrer nas gavetas. Vamos continuar defendendo os policiais para que essa emenda seja aprovada o quanto antes.

Tenho aqui o e-mail do Marcelo Farias: *Nós PMs precisamos, em caráter emergencial, que seja apreciada a PEC 300, que versa sobre a equiparação dos salários das PMs do Estado e a PM do Distrito Federal.* Volto a repetir, fui um dos primeiros Deputados a colocar a minha assinatura.

Concedo um aparte ao Deputado Fernando Scanavaca.

O Sr. Fernando Scanavaca (PDT)

Deputado Belinati, tenho certeza que a grande maioria irá assinar. Ainda não assinei porque não fui procurado. Os policiais militares podem contar com a minha assinatura, e na votação no Plenário também.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Deputado Durval Amaral, V. Exa. é Presidente da CCJ, essa emenda não vai a lugar nenhum se V. Exa. não der um empurrão para votarmos logo. Vamos votar logo. Vai aparecer no painel. Agora, quem preferir não apoiar os policiais para agradar o Governo do Estado, daqui a 11 meses terá eleição e vão trocar muitos Deputados nesta Casa, muitos voltarão para casa derrotados. Aí vão se arrepender porque não ajudaram os policiais.

Ainda sobre esse assunto, temos aqui do Davis Andrade de Oliveira da Cruz, do SINDIPOL - Sindicato dos Policiais Cíveis de Londrina e Região, entidade sindical que abrange mais de 180 Cidades em sua base territorial no Paraná, na defesa intransigente dos direitos e interesses dos seus filiados, traz a defesa do PCCS - Plano de Cargos, Carreiras e Salários, que já foi prometido pelo Governador, foi endossado pelo Secretário da Segurança e que se arrasta, há muitos anos. Podemos aprovar um projeto deste aqui em 48 horas, mas não sei por quê, quando é de interesse do servidor público, parece que toma um chá de dormir e fica aí pelas gavetas o projeto, não acontece nada e não melhora a vida do servidor, do policial, de jeito nenhum.

Presidente Durval Amaral, V. Exa. já recebeu a restituição do imposto de renda? Dr. Batista, já recebeu? Tem gente que já recebeu? Agora, é impressionante, é uma desonestidade do Governo! Tem gente que tem medo de mexer com o tal do imposto de renda, tem medo de uma represália. Agora, se o Governo reteve o imposto de renda na fonte, principalmente de quem ganha salário, não tinha nada que atrasar a restituição.

Deputado Péricles, V. Exa. que é da Bancada do PT e é um grande Parlamentar, está aqui, vou pedir uma câmara dar um close aqui, senão mostro o papel e ninguém vê nada em casa. Os brasileiros ainda não receberam a restituição do imposto de renda, mas o cidadão Luiz Inácio Lula da Silva, que por sinal é a autoridade suprema do nosso Brasil, recebeu a sua restituição.

Deputado Elton Welter, V. Exa. que é da bancada do Presidente Lula, acho que tudo bem o Lula receber, mas que devolva o dinheiro do pessoal que tem direito à restituição, Deputado Neivo Beraldin. Por que será que só o Presidente Lula já recebeu o dele? Isso é bajulação de quem comanda a Receita Federal e um desrespeito aos milhões de brasileiros que tiveram o imposto de renda retido na fonte. Não estamos aqui para criticar o Presidente Lula, mas para criticar quem praticou essa ação.

Acho que devolver a restituição para o Presidente Lula, e os demais brasileiros ficarem esperando o dinheiro, até abala um pouco o prestígio dele. Sabe lá Deus quando é que haverá a restituição do imposto de renda, nobre Deputado Nelson Justus.

Para terminar, uma coisa sobre o emplantamento de carro que queremos falar. É preciso que o DENATRAN baixe uma medida, com urgência, porque há muito comentário de pessoas que são espertas, que têm dinheiro, e que comprem automóvel no nome da esposa que não dirige. O cidadão compra um automóvel e coloca no nome da mulher, estaciona o carro em local inadequado, aí o guarda vai e aplica a multa, mas ele não perde ponto nenhum na carteira, porque o automóvel está no nome de quem não tem carteira de habilitação. Isso vinha sendo feito na parte de pessoa jurídica, mas tem algumas pessoas milionárias dando essa rasteira nas leis de trânsito, e isso tem que ser coibido.

Para terminar, Presidente Nelson Justus, estamos recebendo aqui os agentes penitenciários. Nossa homenagem. Infelizmente, mais um cidadão, servidor público, agente penitenciário da minha Cidade de Londrina, foi morto nas mãos dos bandidos. Além de ganhar pouco, não é um salário compatível com o trabalho de risco que agentes penitenciários prestam, há também o risco de assassinato, porque o bandido promete vingança. Às vezes, o bandido continua preso, mas ele avisa um comparsa, ou por meio de parentes, ou por meio de alguém que vai visitá-lo, para se vingar deste ou daquele agente penitenciário. Muitas vezes, até quando está de folga, o agente penitenciário corre sério risco de ser morto, de ser assassinado, com todo requinte de crueldade. Então, é preciso que a Secretaria da Segurança Pública do Paraná tome medidas urgentes, se reúna, não feche as portas, não vire as costas para os agentes penitenciários. Eles são dignos e merecedores de todo o respeito. Que haja um diálogo, que haja um entendimento, que hajam algumas reuniões com os agentes penitenciários, com suas lideranças, visando dar, primeiro, o salário que reivindicam há tempos e que até hoje o Governo tem se mostrado surdo, mudo, indiferente, muito frio para atender as reivindicações dos agentes penitenciários. E hoje, muito mais do que o próprio aumento salarial, eles buscam também o quê? Buscam a segurança que eles próprios não têm no seu dia a dia, porque enfrentar bandido é realmente uma profissão do mais alto risco. É preciso o Governo do Estado entender, caso contrário, eles podem fazer numa greve por tempo indeterminado, alguns chegaram até a começar a greve.

Eu tenho a impressão de que não é isso que o agente penitenciário quer, o que ele quer é ter um salário digno. E mais do que um salário, a segurança que hoje eles não têm, porque o agente penitenciário pode estar andando na rua, pode estar na feira, pode estar na loja, pode até estar em uma igreja e, de repente, nunca sabe se vai chegar vivo em casa, à noite. Mesmo estando de folga, é um clima de total e de permanente insegurança,

que tem que ser corrigido com urgência pela Secretaria da Segurança Pública.

Presidente, o nosso respeito aos agentes penitenciarários.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, no Pequeno Expediente, é o Deputado Elton Welter.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, temos um requerimento assinado por 31 Srs. Parlamentares. Se em uma eventualidade, eu como autor do requerimento, não retirar a minha assinatura, mo requerimento será votado...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Estamos falando do requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Do requerimento do Secretário. Quero fazer uma questão de ordem para V. Exa. me responder.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vou explicar para V. Exa. Na última Sessão, antes mesmo que se tivesse qualquer votação ou qualquer coisa, eu já deixei bem claro, eu disse: olha, eu vou pessoalmente entrar em contato com o Secretário Delazari para que ele aqui esteja. Muito bem, foi o que fiz imediatamente. E o Secretário, prontamente: "Eu irei aí. Marquem o dia, a data, a hora, o local". Hoje pela manhã, conversamos na minha sala com o Líder do Governo e o Líder da Oposição, entramos em contato, ao mesmo tempo, com o Secretário, e marcamos a data do dia 27 de outubro, às 14h30, para que ele aqui esteja. Ora, a meu ver, o requerimento perde todo o seu propósito, porque o Secretário estará aqui às 14h30, do dia 27. De qualquer maneira, com ou sem requerimento, quem iria marcar a data, a hora e o local, seria esta Presidência. Nos antecipamos e já marcamos. Então, acho que perde o objeto e não há necessidade de ficarmos criando qualquer tipo de aresta. Acho que essa é a questão de ordem. Deixamos de acolher o requerimento, nesta altura, porque já acertamos com o Secretário, entre a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição, para que ele esteja aqui neste dia 27.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero colocar a minha posição. Quando a assessoria da Liderança da Oposição me procurou para subscrever o requerimento, eu fui enfático, disse que não adiantava subscrever um requerimento para que depois não viesse a ser votado. Mas, em virtude de vários Srs. Parlamentares terem assinado o requerimento, eu subscrevi.

Quero dizer a V. Exa. e me permita, com todo o respeito que tenho pelo Deputado Elio Rusch, segui o Depu-

tado Elio Rusch em todas as votações, até o presente momento, e seguirei enquanto ele for Líder da Oposição. Ele sempre terá o meu apoio como Líder da Oposição.

Dizer a V. Exa. que em virtude do comportamento do Secretário da Segurança e do vocabulário que ele usou, não retiro a minha assinatura no requerimento. Peço a V. Exa. - acredito estar apoiado pelo Regimento Interno - quero que o requerimento seja votado com a assinatura do Deputado Rossoni. O Secretário não merece ser convidado. Na minha maneira de entender o Secretário tem que ser convocado. Porque se ele tivesse o desejo Sr. Presidente, de vir a esta Casa, ele não precisaria nem ser convidado. A gravidade é tamanha que ele teria que vir aqui explicar para os paranaenses.

Sr. Presidente, não quero entrar em polêmica com V. Exa. O Deputado Elio Rusch, a minha preocupação em todas as decisões, tive a cautela de não querer assinar. Mas ao assinar, disse que não retirava. Confirmo a V. Exa. que desejo, e invoco o Regimento Interno para que seja votado, sim, o requerimento de convocação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Apenas respondo a questão de ordem de V. Exa., Deputado Rossoni. Não estamos solicitando, em hipótese alguma, para que algum Deputado retire a sua assinatura. E muito menos o senhor, porque o conheço e sei que não retiraria a assinatura de algo que se opôs. Então, não está em questionamento.

Não podemos, em momento algum, desautorizar o Líder do Governo e muito menos o Líder da Oposição, que da maneira mais correta possível, pensando exatamente no objetivo do Deputado Mauro Moraes, do Douglas Fabrício, do Rangel e de todos aqueles que há tempos vêm pedindo a presença do Secretário da Segurança nesta Casa, quero dizer, enfaticamente, que ele já deveria ter vindo há mais tempo. Se não o fez - não tenho a procuração para fazer a defesa do Secretário - não foi por sua culpa. Posso aprofundar isso. Culpo Parlamentares ligados ao Governo, que impediram que ele aqui viesse. Porque para o meu gosto, o Secretário, no primeiro convite, no primeiro requerimento, já deveria estar aqui. Eu disse que conseguiríamos, com a ajuda dos Líderes do Governo e da Oposição e de todos os Deputados, que aqui ele estivesse. Não vejo, sinceramente, necessidade alguma de votarmos requerimento algum. O que não afasta, Deputado Valdir Rossoni, que V. Exa. exerça o seu papel de Deputado, no momento de inquiri-lo, com a veemência e a educação que lhe é peculiar.

O Secretário estará aqui no dia 27 às 14h30.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Deixar claro o meu posicionamento. O meu posicionamento não retira a assinatura. Regimentalmente, tenho o direito de pedir que o requerimento seja votado na Sessão de hoje. Se derrubado for, ele será convidado, senão ele será convocado.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Primeiro, dizer que estranhei a Mesa solicitar que tivéssemos 28 assinaturas, no mínimo, para convocar o Secretário. Foram coletadas 31 assinaturas. Agora, já entendi. Foi acertado com o Secretário, para que ele venha na forma de convidado, para que não haja constrangimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Neivo, a Mesa não pediu que se recolhesse 28, 29, 30 e nem 31. A Mesa recebeu apenas o requerimento e não pedimos nada. Entramos em contato no mesmo dia. Comentei: o que esta Casa quer? “O Secretário da Segurança.” Ele já deveria ter vindo e virá no dia 27, foi acordado mais uma vez, hoje, com a participação dos Líderes da Oposição e do Governo.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) **(Pela Ordem)**

Para esclarecer, o que o Deputado Rossoni quer dizer, é que ele quer que seja votado para que ele venha como convocado e não como convidado. Essa é a dúvida do Deputado Rossoni. Da minha parte, convocado ou convidado, aqui estará e certamente ele vai se colocar. E vai certamente pedir desculpas por dizer que os Deputados querem fazer política em cima da criminalidade que acontece hoje no Paraná. Ele tem muito que aprender com os Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Tenho que concordar com V. Exa., o Secretário foi muito infeliz. Ninguém quer fazer política aqui com a situação da Segurança. E não cabe a nós fazermos isso.

Com a palavra o Sr. Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Vejo que esta Casa produz acordos. E V. Exa. produziu acordo com o Líder da Oposição e o Líder do Governo. Isso é praxe aqui na Casa. Portanto, isso é bom para a harmonia entre a articulação entre Situação e Oposição. E o Secretário já veio outras vezes e virá aqui. E com certeza poderá ser questionado, seja por convite ou convocação, que não muda a forma.

Sr. Presidente, o orador que me antecedeu queria insinuar que o Presidente Lula recebeu o imposto de renda e alguns cidadãos não receberam. Quero avisar o orador que as pessoas recebem imposto de renda de acordo com quando dão entrada, na medida que abrem os prazos. Quem entra antes, recebe antes. Quem cai na malha final, fica esperando até que se resolva. Dá a impressão que o Lula teve benefício, da forma como ele disse. É muito ruim isso, o telespectador assiste uma matéria como esta. Cada cidadão recebe de acordo com o

cronograma de entrada do seu pedido de restituição do imposto de renda.

Sr. Presidente, outro fato que queria colocar aqui hoje, em função até dos agentes penitenciários estarem aqui, nossa bancada, na época quem encabeçou o projeto de lei para que os agentes penitenciários pudessem andar armados foi o Professor Luizão, que hoje é Prefeito de Pinhais. Este Plenário votou o projeto permitindo que eles pudessem andar armados. Este Plenário aprovou, por ampla maioria se não foi por unanimidade, votou para que eles pudessem andar armados. Esse projeto foi vetado pelo Governador.

Quero dizer de antemão que a nossa bancada, já falei com o nosso líder, conversei com os nossos colegas de bancada, quando for submetido a voto esse veto, nós derrubaremos o veto. A intenção é de que os agentes penitenciários possam ter segurança, porque eles cuidam de prisioneiros. E muitas vezes, quando esses prisioneiros são soltos, eles podem até perseguir um agente penitenciário. Então, já externamos o nosso pensamento e a nossa votação naquele período.

Entendo que esta lei é justa, é importante para os agentes penitenciários. Se depender de mim, da nossa bancada, vamos fazer com que - é um caminho que pode demorar um pouco ainda - mas esperamos que com a articulação de vocês, com a articulação com o Líder do Governo e outras bancadas de partidos, possamos derrubar esse veto e criar uma lei que seja legal para que vocês possam andar armados. Meus sentimentos pelo companheiro que vocês perderam no último final de semana. Esperamos que com essa lei consigamos dar mais segurança para os agentes penitenciários.

Sr. Presidente, a minha Cidade, nesta final de semana, moro na Cidade de Toledo, teve um fenômeno climático que nos deixou entristecidos. Tivemos um vendaval muito forte, teve perda total, atingiu mais de 150 casas. Tem casas que terão que ser totalmente reconstruídas, pelo menos 15 casas terão que ser reconstruídas em função de ventania que, além de arrancar todo o telhado, derrubou paredes. Também no interior, na Linha São Pedro e na Linha Lajeado, também muitas propriedades foram atingidas, derrubando chiqueirão, aviários, galpões onde as máquinas agrícolas ficavam aos cuidados desses barracões. Eles foram todos ao chão. Um prejuízo muito grande para produtores rurais e principalmente para as pessoas que moram nos pequenos bairros. A maior incidência dos ventos foi nos bairros Jardim América, Europa e Bela Vista. A comunidade está toda mobilizada, o Governo do Estado já encaminhou telhas de Eternit para aquela Cidade, fazendo o socorro imediato.

O Município de Toledo, o Prefeito deverá mandar uma mensagem para ajudar a reconstruir essas casas, das famílias que têm baixa renda. Isso vai diminuir o prejuízo, o problema social que se criou, porque essas pessoas só têm aquelas casinhas e não tem como reconstruir. Portanto, todo o esforço está sendo feito na

nossa Cidade, há muita solidariedade por parte de toda a comunidade.

Vejo, Sr. Presidente, que quando a sociedade quer, ela movimenta muitas coisas. Tenho convicção de que conseguiremos reconstruir aquelas casas, pela solidariedade do povo de Toledo, os clubes de serviço se mobiliaram, as Igrejas, todos os dirigentes, as autoridades, o Governo do Estado está sendo parceiro neste momento difícil para aquelas famílias.

Quero deixar bem claro para os agentes penitenciários, vamos derrubar o veto que veio para esta Casa. Queremos que vocês possam andar armados, desde que façam o teste psicológico, todas as exigências que são definidas para andar com porte de arma. Outros Estados já adotaram essa medida. Eu acho conveniente que vocês também tenham essa segurança, que será uma forma de prestar um bom serviço.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossos visitantes agentes penitenciários, companheiros, colegas servidores públicos do Estado do Paraná, estão aqui com reivindicação importante. Cumprimentar a imprensa e os telespectadores que nos acompanham pela televisão.

Cumprimentar o Cleiton, Presidente do SINDASP, e todos os dirigentes, os membros do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado do Paraná. Solidarizar-me com essa categoria que faz um trabalho importante no Estado do Paraná, que na maioria esse trabalho não é reconhecido e respeitado. Quero falar da importância que têm as reivindicações dos agentes penitenciários levadas a Brasília e também a esta Casa.

Lá em Brasília tramita a PEC 308, que cria, que institui a Polícia Penal, que amplia o trabalho dos agentes penitenciários e liberta tanto a Polícia Civil, quanto à Polícia Militar para o seu trabalho de rua, por exemplo. Isso já é realidade em alguns Estados do Brasil, como Minas Gerais, 80% ou mais dos presídios já são administrados pelos agentes penitenciários. Isso é um bom exemplo.

Aqui temos uma reivindicação que o Projeto de Lei nº 735/07, aqui já aprovado por unanimidade, e vetado pelo Governador Roberto Requião, esta lei ela regulamenta o porte de arma para o agente penitenciário do Estado do Paraná.

Se olharmos para o Rio Grande do Sul, já regulamentou, Santa Catarina já regulamentou, São Paulo regulamentou, Rio de Janeiro regulamentou, Minas Gerais já regulamentou. Poderia citar vários Estados. A maioria dos Estados já atuou na regulamentação, porque tem uma lei federal que é a Lei nº 10826/03, que já foi regulamentada pelo Decreto nº 123/04, que transferiu aos Estados a

tarefa de regulamentar o porte de armas. O Estado do Paraná não fez. A Assembleia já fez a sua parte, os agentes penitenciários já fizeram a sua parte, já estiveram aqui para acompanhar a votação, a votação favorável.

Mas precisamos fazer uma outra parte, que é apreciar o veto que está nesta Casa tramitando. Apreciar e derrubar o veto, para dar mais segurança à quem trabalha na Segurança do Estado do Paraná.

O Cleiton, que é o Presidente do Sindicato, que está presente, ele citava exemplos de atentados contra os agentes penitenciários. Só em Londrina, em três anos foram quatro. Na manhã de ontem, não foram mortos os três agentes penitenciários porque um deles tinha uma arma e pôde se defender, pôde espantar o criminoso que os atacou. Desse modo, observamos que há necessidade urgente de fazer com que os nossos agentes penitenciários, que atuam com vários criminosos e quando saem de lá precisam de proteção, como não tem uma viatura da Polícia para cuidar desse agente, ele precisa ter o direito de ter o porte de arma.

Lembro-me aqui no Estado do Paraná, quando o Governador fez a defesa contra o desarmamento. Se ele fez a defesa naquele plesbiscito para que todos pudessem usar arma, precisamos ter coerência. O agente penitenciário, com razão, precisa, porque ele lida o tempo todo com o crime e precisa ter esse porte legalizado o quanto antes. A lei que regulamenta aqui, cujo veto foi apostado pelo Governador, não atribui armas de qualquer jeito. Ela regulamenta esse porte.

Por isso fazemos um apelo à Presidência desta Casa, para colocar esse veto em apreciação, o quanto antes essa reivindicação importante dos agentes penitanciário do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador, no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Apenas ratificando, porque várias pessoas vieram me questionar, devo ter me equivocado no que diz respeito à data da presença do Secretário Luiz Fernando Delazari aqui na Assembleia, é dia 27 de outubro de 2009, terça-feira às 14h30, conforme estabelecemos hoje o Líder do Governo, o Líder da Oposição e esta Presidência, juntamente com o Secretário Luiz Fernando Delazari.

Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Por inúmeras vezes, principalmente Deputados da Oposição e também Deputados da base do Governo, usaram da tribuna aqui da Assembleia para cobrar mais segurança no nosso Estado. Inúmeras vezes eu, particularmente, e mesmo bem antes de assumir a Liderança da Oposição, aliás ainda na época do Governador Jaime Lerner, ou mais precisamente no meu primeiro mandato,

quando o Roberto Requião era Governador, já falávamos da Segurança Pública da Região Oeste do Estado, principalmente dos Municípios lindeiros, que envolvem toda a região de Foz do Iguaçu até Guaíra. Com o passar do tempo, algumas medidas foram tomadas para coibir os assaltos na casa dos agricultores, a instalação da Patrulha Rural, pelo ainda Governo Jaime Lerner.

Sabemos que a criminalidade não é particularidade do Estado do Paraná. A criminalidade existe no Brasil inteiro e não seríamos levianos de dizer que só no Paraná existe a violência. Ela existe em todos os Estados. Mas, aumenta assustadoramente no nosso Estado. Inúmeros Parlamentares aqui da Casa, tanto da Oposição, principalmente Deputados Douglas Fabrício, Marcelo Rangel, Valdir Rossoni, Plauto Miró, Fernando Scanavaca, Ademir Traiano, enfim, os mais diversos Deputados levantaram a questão da Segurança Pública e pediram providências que fossem tomadas, por parte do Governo, através da Secretaria da Segurança Pública.

Quando nós, aqui na Casa, através da Comissão de Segurança Pública, por entendimento foi aprovada a convocação, depois se transformou em convite, o Secretário veio à portas fechadas e ninguém ficou sabendo, efetivamente, o que se tratou nesta reunião e na vinda do Secretário naquela ocasião.

Aqui na Casa foram apresentados requerimentos pedindo a convocação do Secretário. Requerimentos rejeitados. Pediu-se requerimento convidando o Secretário. O requerimento foi rejeitado. O Deputado Valdir Rossoni apresentou requerimento semana passada, a Mesa deixou de aceitá-lo porque esta matéria havia sido discutida há questão de 60, 90 dias, mas não podia ser objeto de nova apresentação, salvo se tivesse 28 assinaturas no mesmo. Conseguimos colher 31 assinaturas pedindo a convocação do Secretário da Segurança Pública. O Líder do Governo pediu, na semana passada, para discutir o requerimento. E o requerimento, lógico, ficou adiado para que fosse votado na Sessão de hoje.

Quando apresentamos o requerimento não pedimos ao Secretário da Segurança Pública que viesse prestar esclarecimentos para os Deputados da Oposição e nem para os da Situação. O que pedimos nesse requerimento é que o Secretário informe à sociedade do Paraná que está acontecendo na Secretaria da Segurança Pública. O que se faz na Segurança Pública, em termos de pessoas, o quanto não existe, enfim, tudo aquilo que é objeto e é normal quando um Secretário vem à Casa e é sabatinado pelos Parlamentares.

Sabemos que existem inúmeras Delegacias no Estado do Paraná que não têm delegado, agentes, investigadores. Agora, Sr. Presidente, quero fazer algumas colocações: não posso aceitar, como Deputado, e nem como cidadão, o que o Secretário da Segurança Pública fez na última sexta-feira, quando o Secretário da Segurança Pública disse que os Deputados, e aqui na Casa os Deputados que estão solicitando a presença dele, são abutres.

Ora, Sr. Secretário! Sempre considero e respeito todas as pessoas. Não posso jamais concordar com o Secretário, que faz vistas grossas, que não aceita, que não admite que a sua pasta, que a Segurança Pública do Estado do Paraná merece reparos urgentes. Não posso concordar com o Secretário da Segurança Pública quando ele diz que os Deputados estavam se aproveitando politicamente de um fato, de uma chacina que ceifou a vida de oito pessoas na Capital do Estado. Não posso aceitar e acredito que nenhum Parlamentar que assinou, ou que não tenha assinado esse requerimento, possa concordar com o Sr. Secretário da Segurança Pública nessa pecha que ele quis dar aos Deputados.

Ora, Sr. Secretário! Estamos preocupados é com a vida das pessoas. Estamos preocupados é com a família do Estado do Paraná. Queremos paz e tranquilidade. Aliás, quando apresentamos o requerimento, na semana passada, convocando o Secretário para que desse os esclarecimentos para a sociedade do Paraná e não para os Deputados, foi somente com um objetivo, e disse naquela ocasião o Presidente da Casa, Deputado Nelson Justus, que iria avocar para si a convocação e faria com que o Secretário estivesse presente. Naquela ocasião foi falado também que o Secretário viria para cá com respeito e que seria tratado pelos Deputados com educação. O Deputado Valdir Rossoni, nosso amigo, nosso companheiro, ex-Líder do Governo passado, Líder da Oposição, de quem sempre segui todas as orientações e acordos realizados, disse: "Sim, serei educado, mas serei duro com o Secretário". Assim como todos nós, Deputados, seremos, com toda a certeza, duros na sabatina ao Secretário.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

Na manhã de hoje fui convidado pelo Presidente da Casa, Deputado Nelson Justus, para que eu fosse ao seu gabinete. Lá estava o Líder do Governo e nos foi comunicado que o dia 27 de outubro seria um boa data, porque era para escolhermos uma data e que a melhor data seria uma terça-feira - quando todos os Deputados estariam presentes - e convidaria ou convocaria o Secretário, porque o que queremos é a presença do Secretário na Casa. O Deputado Nelson Justus, ou o Romanelli, não me lembro quem foi, pegou o telefone e ligou para o Secretário e ajustou a data para o dia 27, às 24h30. o Secretário teria um tempo, ao menos pelo o que nós três conversamos, de aproximadamente meia hora para esclarecer aos Deputados e à sociedade do Paraná aquilo que está acontecendo na Secretaria da Segurança Pública, após o quê os Deputados iriam sabatinar o Sr. Secretário. E foi isso que fizemos na manhã de hoje, esse entendimento. Não houve acordo nenhum entre a Liderança da Oposição, a Liderança do Governo e a Presidência da Casa. O que nós queríamos e queremos, sim, é a presença do Secretário no dia 27, às 14h30.

Disse naquela ocasião que se o Secretário viria, é lógico que ele seria indagado pelos Srs. Parlamentares. Agora o Sr. Secretário, na última sexta-feira, disse que nós Deputados fizemos politicagem em cima de uma desgraça! Quem quer desviar o foco é o Secretário da Segurança Pública! Quando o Secretário da Segurança Pública nos chamou de abutres, ele deveria lembrar das famílias que são assaltadas; deveria se lembrar das dezenas de Delegacias que não têm delegado!

O jornal O Paraná, de Cascavel, Srs. Deputados e Secretário da Segurança pública, no mês de abril fez um levantamento, 50 Municípios do Oeste do Paraná, 27 Municípios não têm um funcionário, não tem um agente da Secretaria da Segurança Pública, ou seja, da Polícia Civil. É por essa razão que queremos que o Secretário venha para cá. E o acordo que foi feito hoje de manhã, o Secretário virá aqui ao plenário, ocupará uma das tribunas, aberta para a imprensa, para o povo do Paraná, para dizer aquilo que está acontecendo. Foi isso que fizemos na manhã de hoje, atendendo um pedido do Presidente da Casa, que já tinha acertado essa data previamente com o Secretário. E o que eu vou fazer? Claro, nós somos do entendimento, queremos que o Secretário venha, que fale para o Paraná aquilo que está acontecendo, independente da convocação ou do convite. Se fosse uma CPI, seria totalmente diferente, ele seria obrigado a vir e responder todas as perguntas. Agora, no plenário ele virá, está confirmado dia 27.

O apelo que eu faço ao Presidente da Casa, Nelson Justus, é que se ele não vir no dia 27, aí sim, sei lá que meios usar, mas esse é o entendimento, e eu acredito, Deputado Nelson Justus, que jamais um Secretário de Estado faltará com aquilo que ele combinou com o Presidente Nelson Justus, ele combinou com o Presidente da Casa, com o Líder do Governo, e assumiu compromisso também, não consigo, com as V. Exas, mas eu, presente na sala quando vocês telefonaram para o Secretário, ouvi que ele estaria presente. Foi isso que aconteceu na manhã de hoje e será isso que acontecerá no dia 27.

O Sr. Fernando Scanavaca (PDT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Scanavaca, uma pergunta que V. Exa. já respondeu em relação à Sessão que será aberta, e gostaria que a imprensa também estivesse presente e que pudesse, inclusive, de fazer algumas perguntas através dos Deputados. Mas gostaria de saber se nesse acordo houve alguma censura de alguma pergunta que os Srs. Deputados não poderão fazer ao Secretário. Foi feito algum acordo?

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Deputado Scanavaca, em absoluto, o Secretário virá à Casa, vai fazer a sua explanação e cada Deputado vai perguntar o que quiser. Será a oportunidade de o Parlamentar perguntar para o Secretário o que está acontecendo na sua região, no seu Município, na sua Delegacia.

É isso que vai acontecer. Eu vou perguntar aquilo que acho que deve ser perguntado.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Com atenção, Deputado Elio, escuto, e quero lhe dizer, há muito tempo estamos aguardando a presença do Secretário da Segurança nesta Casa. Os problemas de criminalidade crescem no Estado do Paraná, diariamente vemos, nos meios de comunicação, e chega a nós tudo aquilo que está acontecendo. Precisávamos discutir, conversar, perguntar ao Secretário, e esperamos que ele nos responda, aqui na Casa, tudo aquilo que tivermos a necessidade de perguntar a ele.

Sabemos da carência que tem, da falta de policiais na Polícia Militar, na Polícia Civil, a falta de estrutura que as Policiais têm, e uma série de outros problemas. Eu sei porque falo em Ponta Grossa e na região dos Campos Gerais, onde eu vivo e aonde convivo diretamente com as pessoas, com as lideranças políticas.

Estou muito preocupado e há muito tempo queria que ele viesse. Não consigo entender porquê ele fugiu tanto tempo do diálogo, da conversa com os Parlamentares desta Casa, que representam diretamente o povo paranaense. Mas ele virá, aqui vamos ser duros nas perguntas que iremos fazer a ele, e espero que nesse confronto de ideias, nesse questionamento que vamos fazer, possamos ter as informações necessárias.

O mais importante é que vai ser público. As pessoas vão poder acompanhar na TV SINAL, os meios de comunicação poderão saber como pensa o Governo do Estado do Paraná quando se fala em Segurança Pública. E vamos estar cumprindo o nosso papel de perguntar, de trazer os problemas que são encaminhados a nós. Espero que nesse debate possamos tirar um resultado positivo.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Olha, não podemos concordar com as palavras do Secretário da Segurança. Eu não vi, mas um Deputado disse que ouviu, o Secretário da Segurança declarou que não houve o toque de recolher na vila onde houve a chacina. Aí perguntaram a ele o porquê, e ele disse que os presos haviam confirmado que não houve o toque de recolher. Ora, o Secretário da Segurança tem que ouvir a sociedade e não os bandidos. Foi uma outra declaração infeliz por parte do Secretário da Segurança, que não quer admitir que houve o toque de recolher no bairro de Curitiba onde houve a chacina. E quem não obedeceu foi brutalmente assassinado.

O Secretário também disse que foi uma tropa de moleques que praticou a chacina. Seriam moleques mesmo os acusados da chacina? Entre os dois presos apresentados pela Polícia estão o Edir Miranda, de 21 anos, o Gilmar dos Santos Bandeira, de 25 anos. A ficha dos dois é extensa. Edir Miranda, conhecido como Edi-

nho, consta como preso no registro da Polícia, eis que seu *habeas corpus* foi negado em 2008. A Polícia não sabia que ele estava nas ruas? Não era tão moleque assim! É uma ficha corrida dos dois e não são moleques, são bandidos. Fazem parte de um bando, de um crime organizado. Agora, vem dizer que são moleques! Para mim moleque não faz isso. Quem faz isso, para mim, é bandido. Eles fazem parte, sim, de uma quadrilha que ceifou a vida de oito pessoas em Curitiba.

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Pedi um aparte para manifestar ao Plenário desta Casa o extrato daquilo que foi, por V. Exa., como Líder da Oposição, tratado na manhã de hoje.

Fui escolhido líder pelo Governador Roberto Requião, que enviou regimentalmente a esta Casa um ofício. E sou respaldado pela bancada de sustentação do Governo, cada Deputado aqui tem que me dar suporte político, senão viro líder de mim mesmo.

V. Exa. foi escolhido líder pelos Deputados que integram a Bancada de Oposição nesta Casa. V. Exa. foi chamado ao gabinete da presidência desta Casa, da mesma forma que eu fui. Deputado Valdir Rossoni, vaidades à parte, posicionamentos políticos à parte, e estou falando uma coisa, Sr. Presidente, que penso que é importante. Se V. Exa. achar que não é importante, não concluo meu raciocínio!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quem sou eu! Não sei o que V. Exa. vai falar.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Não é isso, só quero dizer que V. Exa. pode usar o horário da Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem a palavra.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Agradeço. Só para poder concluir o raciocínio.

Acredito que cada Deputado aqui tem que estar bem informado sobre as coisas que aconteceram, até porque teremos desdobramentos sobre esse tema. Então, o que aconteceu? Havia uma grande pressão por parte da Assembleia Legislativa no sentido de poder promover, aqui uma oitiva do Secretário que tem que vir aqui prestar contas, dar explicações, responder às inquirições formuladas pelos Parlamentares. O que fizemos foi no sentido de poder, de fato, atender aquilo que queria a Oposição e que também, era requerido por muitos integrantes da base de sustentação do nosso Governo. Por quê? O que é convocação de alguém? Ora, convocação é para que a pessoa venha e faça, efetivamente, isso que estamos falando, ou seja, a pessoa vem aqui para falar, explicar. No caso, de que pessoa estamos tratando? Do Secretário de Estado,

ou então uma oportunidade que é convocada para vir à Assembleia.

Bom, eu disse ao Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch: vamos trazer o Secretário! E aí estabelecemos uma discussão sobre a data, que foi convencionada para daqui exatamente duas semanas, não esta terça-feira, mas na outra, no Plenário, com transmissão ao vivo pela televisão para o Paraná inteiro. E aí discutimos se o Secretário pode falar 20 ou 30 minutos e, depois, obviamente, os Parlamentares irão se inscrever e, nos termos do Regimento, vão fazer as inquirições ao Secretário que terá aqui a obrigação de responder a todas as perguntas que lhe forem feitas, naturalmente aquelas que puderem ser respondidas do ponto de vista que não seja estratégicas em relação ao sigilo.

Ora, me desculpe, Deputado Elio Rusch, soube aqui, no início da Sessão, que houve por parte do ex-Líder da Oposição, Valdir Rossoni, o inconformismo com a vinda do Secretário. Sinceramente, temos votos aqui para votar o requerimento e rejeitar, nenhum problema em relação a isso, mas esta Casa tem que ser respeitada. Por isso que, com exceção do Governador do Estado, todos aqueles que ocupam funções públicas neste Estado têm que atender ao clamor da Assembleia Legislativa, que fala em nome do povo paranaense. Por isso que a vinda do Secretário, Sr. Presidente, é oportuna. Certamente, o Secretário vai esclarecer, vai debater, vai discutir. Penso que vai ser importante do ponto de vista da democracia e, mais do que tudo, para discutir a gestão da política pública. O tema só pode ser aqui insistido por aqueles que não querem avançar na discussão da política pública. Na verdade, só querem ficar fazendo política e, no caso, pelos interesses políticos.

Então, Deputado Elio Rusch, espero que V. Exa. seja respaldado pelos Deputados que integram a base da Oposição. De minha parte, garanto aqui o respaldo da base de apoio ao Governo.

Espero que o Deputado Valdir Rossoni faça uma reflexão da minha fala. Conheço bem o estilo dele e certamente está me ouvindo, está refletindo e vai ter uma postura que sempre é esperada dele, que é de ser uma pessoa com o coração bom, reconhecendo que no dia 27 de outubro, Deputado Valdir Rossoni, me parece muito razoável para a vinda do Secretário. V. Exa., sabedor de como foram essas tratativas públicas, certamente vai poder fazer uma revisão daquilo que disse antes.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Sr. Deputado Elio Rusch.

Passa a usar a palavra da Liderança da Oposição

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Presidente, temos outros Deputados que vão se inscrever no horário da Liderança da Oposição, mas

quero pegar cinco minutos para ceder uma aparte ao Deputado Valdir Rossoni, que foi meu líder. Quando ele era Líder da Oposição, sempre seguimos também a sua orientação, como ele disse antes. Agradeço as palavras que ele dirigiu à minha pessoa. Eu estava falando, Deputado Valdir Rossoni, e V. Exa. estava dando entrevista no comitê de imprensa, daquilo que aconteceu e do acordo ou do entendimento que tivemos na manhã de hoje para a vinda do Secretário aqui à Casa.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Elio Rusch, V. Exa. tenha um pouco de cuidado com a sabedoria maquiavélica do Deputado Romanelli, porque ele está querendo induzir de que temos divergências. V. Exa. sabe muito bem que tenho tratado o senhor com todo o respeito e nunca falhei com V. Exa. Nunca, em nenhum momento. Os mais difíceis desta Casa, como V. Exa. sempre esteve comigo na Oposição, eu estou, estarei e sempre terá o meu apoio, como Líder de Oposição, pelo grande trabalho que realiza. Então, que não fiquem dúvidas.

Agora, V. Exa. deve recordar um pouquinho a autoria do requerimento. Deputado Nelson Justus, tínhamos efetuado seis requerimentos convidando o Secretário e não veio na mente do Líder do Governo, em nenhum momento, para transformar aquilo em um convite amável, elogiável, em um acordo de lideranças. Ele não lembrou, fuzilou os nossos requerimentos. Quando conseguimos 31 assinaturas, e uma questão tem que ser recordada, tínhamos colocado no requerimento, quando veio para a minha assinatura, Liderança da Oposição. O que eu disse? Toca o requerimento. Coloca um requerimento suprapartidário e supra Oposição/Situação. Tirou-se liderança da Oposição, assinaram 31 Parlamentares da Oposição, dos independentes, do Governo. Não é mais uma questão de Líder da Oposição ou de Líder da Situação, é uma posição pessoal de cada um.

Quero dizer a V. Exa., Deputado Elio Rusch, por mais que queiram dizer que eu não me submeto à sua liderança, isso ninguém vai entender assim, porque sabe o quanto sou disciplinado. Agora, quando assinei aquele requerimento eu disse: não quero assinar. Vou assinar, vou ser solidário, mas não vou aceitar acordo em cima desse requerimento. Falei aqui quando assinei o requerimento. E não vou aceitar. Não é uma questão de vaidade, mas é uma questão de postura desta Casa.

Sabe o que está parecendo para a opinião pública, neste momento, e para mim me incomoda muito a opinião pública? É que nós, novamente, vamos entrar na conversa do Secretário viajante, que foi para os Estados Unidos e voltou estressado, voltou com um vocabulário que ele deve ter aprendido lá para tratar os Parlamentares de urubus. Eu não vou me submeter a isso e acredito que nem V. Exa. que tem um espírito mais conciliador.

Quero dizer que estou com o meu coração partido de ter que desobedecer V. Exa. por uma vez só. Mas, me permita, Deputado Elio Rusch, eu devoto a V. Exa. uma

estima e um respeito muito grande, mas esse Secretário não merece benevolência desta Casa. Seis vezes os nossos requerimentos foram fuzilados pelo Líder do Governo, não lembrou de conciliar. Agora, vem falar em conciliação. Não tem conciliação. Se for respeitado o Regimento Interno, conforme, se não estiver equivocado no estudo do Regimento Interno, o requerimento será votado. Se derrubado pelo Líder do Governo, já que ele está com tanta vontade, e veja, Deputado Elio Rusch, o Secretário virá, poderia vir amanhã. Não. Ele não vem na terça-feira que vem, vem na outra terça-feira. Quer dizer, lá se vão mais de 15 dias para vir o Secretário. Esse Secretário deve estar muito ocupado com algo que não conhecemos, porque ele, em uma situação tão grave quanto essa, não pode vir amanhã. Ele tem que vir, não na próxima terça-feira, mas daqui a 15 dias.

O Deputado Elio Rusch, me compreenda, pelo mil desculpas a V. Exa. me submeto a vossa liderança, V. Exa, sempre será meu Líder, mas essa é uma questão suprapartidária, supraquestão de Governo e de Oposição. É uma questão de postura desta Casa, para mostrar ao Secretário que somos um poder.

Obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço o Deputado Valdir Rossoni.

Todos nós - independente de nossa posição, de Líder Partidário, de Governo, de Oposição, de Bloco Independente - temos a liberdade de agir de acordo com a nossa mente, formação, daquilo que achamos. Respeitei, respeito e tenho pelo Líder Rossoni a maior consideração.

Quando fizemos o entendimento, de manhã, foi com o objetivo de trazer o Secretário a esta Assembleia. Não para dar explicação, nem a liderança da Oposição, ou para a Bancada de Oposição, nem para a Bancada do Governo. Que o Secretário venha a esta Casa para dar explicações à sociedade do Paraná.

Gostaria que V. Exa., Deputado Valdir Rossoni, entendesse a minha posição. Todos nós queríamos a vinda do Secretário, e diante do Secretário, do apelo, do pedido do Presidente da Casa, Deputado Nelson Justus, que sempre tem procurado também a conciliação, e muitas vezes quando o Deputado Valdir Rossoni foi Líder do Governo e fazia o entendimento com a Liderança da Oposição e depois como Líder da Oposição, com a Liderança do Governo, muitas vezes foram feitos esses acordos e esse entendimento fizemos hoje. Já afirmei inúmeras vezes que respeito V. Exa. que é um grande líder. O que entendi na manhã de hoje, e que os Parlamentares entenderam durante todo o tempo, foi que o Secretário deveria vir aqui na Casa. Ele virá.

Eu já disse antes que o Secretário não assumiu um compromisso com o Deputado Elio Rusch, Romanelli ou Nelson Justus. Ele assumiu um compromisso com o Poder Legislativo, com o Presidente da Casa, que ele estará aqui no dia 27, às 14h30, quando será sabatinado. Foi esse entendimento que tivemos na manhã de hoje.

Alguma resposta deveria ser dada ao Presidente na manhã de hoje, porque quando posso sempre falo com os Deputados da Oposição, qual o encaminhamento que daremos. Qual era o encaminhamento desse requerimento? Trazer o Secretário para esta Casa, convocá-lo. O Sr. Secretário virá no dia 27. Está atendido o nosso pleito. Ele tem que vir para cá e responder todas as perguntas que fizermos.

Agradeço o Presidente Nelson Justus. Perdoe-me, Deputado Valdir Rossoni, pois talvez eu tenha feito esse entendimento não com a vossa concordância. Mas algumas posições, muitas vezes, temos que tomar como líder, como qualquer líder partidário e como integrante da Mesa, sem consultar os demais integrantes.

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem?

(Assentimento)

O autor, o primeiro a assinar esse requerimento é o Deputado Elio Rusch e não o Deputado Valdir Rossoni. A decisão do Deputado Elio Rusch é uma.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Tenho para mim esse assunto já resolvido, a questão de ordem resolvida. O Secretário estará aqui no dia 27.

Com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Vou me reportar ao mesmo assunto, com certeza. Antes de iniciar a minha fala quero fazer uma lembrança aqui, do grande calote e do sequestro que o Governo do PT institui no Brasil ao reter as devoluções do imposto de renda do cidadão brasileiro, que já contribui uma forma sacrificante, retendo do seu salário. Agora, de uma forma unilateral, resolve sequestrar a restituição de renda dos brasileiros, da mesma forma como fez o Collor de Melo lá no passado. Mas vamos falar na sequência sobre isso, em outros pronunciamentos que espero poder abordar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lamentáveis, as declarações do Secretário da Segurança na imprensa Estadual na semana que passou. Expressão chula, grosseira, não é merecedora essa expressão, de um magistrado como é o Secretário da Segurança, de formação de nível superior, promotor de Justiça. Talvez tenha desaprendido no convívio do cargo que exerce como Secretário da Segurança, usando uma truculência, usando da raiva, do ódio, da forma como muitas vezes agem as pessoas envolvidas nessa Secretaria. Abutres, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, é uma palavra grosseira. Chama esse Parlamento Estadual, indiretamente todos os Srs. Deputados de urubus. É inconcebível admitir uma expressão como essa de um Secretário da Segurança, Srs. Deputados. Abutres, ave de parina, aquela que fica rondando no espaço procurando

sempre carne de mau cheiro para pousar e consumir. Esta Casa não cheira mal não, Srs. Deputados; pelo contrário, quem deve estar cheirando mal é o Secretário da Segurança, que não cumpre com suas ações, com o dever constitucional, que deveria zelar pela segurança dos paranaenses e não o faz, quando de uma chacina triste, lamentável, que envergonhou os paranaenses, e que na visão do Secretário é mais um fato à parte que acontece no Estado do Paraná, é uma fato isolado. Quando desse fato lamentável estava nos Estados Unidos, passeando. E esqueceu que o Paraná está a mercê da sua ação e deixa muito a desejar.

Diz o Secretário da Segurança, Srs. Deputados, que não tem compromisso com os Deputados, que não tem a responsabilidade de estar aqui. Diz o Sr. Secretário da Segurança que a Assembleia Legislativa usa desse episódio para promoção pessoal, que os Srs. Deputados se promovem de uma chacina. Mas esquece-se o Sr. Secretário da Segurança, quando daquele episódio triste, lamentável, do acidente envolvendo um Deputado, que em nenhum momento defendemos, porque não tínhamos o direito de assim agir. Esquece o Sr. Secretário que ele se promoveu nacionalmente em todos os meios de comunicação, usando, promovendo-se de um desastre lastimoso que aqui no Estado aconteceu. Já esqueceu o Sr. Secretário, porque ele promoveu-se pessoalmente em toda a mídia nacional. Esquece-se o Sr. Secretário da Segurança que quando desse episódio, usou, usurpou do seu poder e promoveu-se nacionalmente, usando uma atitude, naquela oportunidade, de mandar policiais na casa de cidadãos que estavam com as suas carteiras pontuadas acima de 20 pontos, numa verdadeira aberração, numa intromissão, num desrespeito à individualidade das pessoas que têm a sua proteção, pela nossa Constituição Federal. Ele, de uma forma arbitrária, promovendo-se pessoalmente.

O Sr. Secretário, sabendo-se perfeitamente que não atingiria os objetivos da sua ação, mas tinha que se autopromover em todo o Estado, e mais uma vez, deixando de fazer aquele que lhe compete como Secretário da Segurança promove-se em cima de mais uma ação, mandando policiais prender pessoas de uma forma desrespeitosa.

Encerro as minhas palavras perguntando aqui para os paranaenses: o que faz, Srs. Deputados, um promotor de Justiça abdicar de uma profissão vitalícia, de uma profissão que lhe garante, até a sua morte, um salário integral, para permanecer na Secretaria da Segurança? Quais as razões que o levam a agir dessa forma? Me respondam Srs. Deputados! Estou louco para saber essa resposta, deverá ter mil razões para permanecer no cargo de Secretário, abdicando de uma carreira brilhante, que é a carreira de promotor. Todos os profissionais, advogados, no começo da sua profissão, sonham em ser promotores de Justiça, porque têm um salário, com certeza, altamente compensador. Mas, o Secretário abre mão e quer continuar como Secretário e as razões são muito fortes.

Concedo o meu tempo que resta ainda, de oito minutos, ao Deputado Valdir Rossoni.

Muito obrigado.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

(Lê):

“Raio-X da violência no Paraná:

Nos meses de agosto, setembro e a primeira semana de outubro, nada menos que 166 pessoas foram assassinadas em Curitiba - média de 2,5 crimes contra a vida humana por dia. Nesta contabilidade constam mortes por homicídio, latrocínio, lesão corporal e confronto com a Polícia.

Dos 73 assassinatos registrados em setembro na Capital paranaense, 38 deles (52%) ocorreram na área de 13º Batalhão da Polícia Militar (bairros Guaíra, Portão, Fanny, Lindóia, Novo Mundo, Xaxim, Capão Raso, Tatuquara, Umbará, Campo do Santana, Caximba, CIC e Ganchinho). Na área do 20º BPM foram 29 homicídios (40% do total) e do 12º BPM outros seis (8% das ocorrências). Nos últimos 60 dias, na Região Metropolitana de Curitiba, foram 387 homicídios - média de 6,45 mortes por dia. Em Porto Alegre, no mesmo período, ocorreram 182 homicídios - média de três por dia.

De acordo com a análise feita pela Associação dos Cabos e Soldados da PM de São Paulo, entre o número de habitantes nos 27 Estados da Federação e o número de policiais militares na ativa em cada Estado, a proporção do número de habitantes por PM é bastante variada.

O Paraná é um dos Estados com maior número populacional por PM (584,1 habitantes para cada PM). Efetivo da corporação é de 17 mil 384 homens (o ideal seria 28 mil). No Rio Grande do Sul a proporção é de 457,4 habitantes para cada PM. Efetivo de 24 mil homens. Em São Paulo são 441,4 habitantes para cada PM. Efetivo de 93 mil homens. E no Rio de Janeiro, um PM para cada 384,5 habitantes. Efetivo de 40 mil homens.

*Fontes do levantamento: Secretaria da Segurança Pública do Paraná, jornais Tribuna do Paraná e Gazeta do Povo, sites Crimes Curitiba e Wikicrimes, e Associação dos Cabos e Soldados da PM/SP.”

Mas quero concluir, nem quero fazer o uso porque já tenho uma posição firmada, a grande verdade que se o Líder do Governo, agora preocupado em convidar o Secretário, não teve tempo em seis requerimentos apresentados pelos Parlamentares, não teve tempo de lembrar que tinha a palavra convite. Agora que conseguimos 31 assinaturas vem tentar jogar o Líder da Oposição contra os seus liderados.

Quero dizer a todos os Parlamentares, Deputado Nelson Justus, a minha assinatura no requerimento está mantida. Espero que o requerimento proposto pelo Deputado Rossoni seja votado. Se for derrubado, que venha convidado. Mas, esse Secretário merece ser convocado.

Vejam as palavras que ele usou - não foi contra o Parlamentar, o Deputado Rossoni, ou Parlamentares - ele

usou contra esta Casa. Por que tanta belevolência com esse Secretário, depois de tanta incompetência que estamos assistindo?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra à Deputada Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Primeiramente quero colocar que assinei o requerimento. Sou uma das assinaturas dos 31 nomes de Parlamentares. Absolutamente não me sinto agredida com colocações feitas e veiculadas na imprensa. Sei porquê quero que o Secretário venha a esta Casa. Quero que o Secretário Delazari venha a esta Casa, como um dia propus o convite do Secretário Gilberto, que veio aqui, e com maestria, colocou toda a situação do Paraná no enfrentamento da gripe. Uma colocação importante, da mesma forma que propus e foi acatada e transformado em convite da presidência o chamamento do Presidente do IAP, Vitor Hugo Burko, que também veio a esta Casa e se submeteu aos questionamentos de vários Parlamentares e foi muito bom para a Casa, bom para o IAP e para a sociedade paranaense. Mantenho a minha chamada ao Secretário Delazari convocado. Espero que ele esteja realmente aqui e possamos não só ouvi-lo, como também somar apoio, colocar nossos mandatos à disposição desta pasta, para que possamos construir a cultura da paz, tão necessária no nosso Estado.

O que me traz à tribuna, acabei de protocolar um projeto de lei cuja súmula é a seguinte: *Altera o parágrafo 5º do artigo 2º, da Lei nº 16239 de 29/09/09.*

Estamos pedindo, porque acredito que tenha sido por um erro de redação a alteração na lei que proibiu o fumo nas instâncias públicas e privadas do Estado do Paraná. No artigo 5º da referida lei, está escrito: *Será cassada a eficácia da inscrição junto ao cadastro de contribuintes do Imposto sobre operações relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços e Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, dos estabelecimentos comerciais que forem flagrados vendendo cigarros a menores de 16 anos de idade.*

Queremos corrigir, para que sofram as sanções cabíveis os estabelecimentos comerciais que forem flagrados vendendo cigarros a menores de 18 anos de idade. O presente projeto de lei visa proteger a saúde de menores de 18 anos, tendo em vista o previsto no Estatuto da Criança e Adolescente. Com tal modificação mínima, e de grande importância, a lei paranaense melhor se harmonizará com o disposto pelo ECA, e o objetivo da lei visando proteção à saúde, prioritariamente das crianças e adolescentes, com essa medida.

No dia que a lei foi sancionada, lá mesmo na Escola de Governo, na presença dos Deputados Belinati, Stephanes Júnior e vários Deputados estavam lá presentes, naquele momento vimos que havia um equívoco com

relação a proibir a venda para menores de 16 anos e não de 18. Mas conversei com o Deputado Romanelli e ficamos de rever essa situação. Acho por bem, para que não percam mais tempo, propor essa alteração na lei que espero que tramite. Primeiro achei que o próprio Governo poderia ter um dispositivo de reconduzir essa redação, mas como isso não aconteceu agora, estou propondo esse projeto de lei que espero ter apoio dos senhores e senhoras, nobres Parlamentares desta Casa.

Para finalizar, não sei se o Deputado Cheida fará uso da palavra hoje, mas quero aproveitar a oportunidade para que, em seu nome, enquanto Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Casa, firmar o convite a todos os Parlamentares, para que amanhã possamos, mais uma vez - não é a primeira vez que esta Casa faz isso - mais uma vez debatermos o problema do Aterro do Caximba, este imbróglio que hoje encontramos aqui em Curitiba e Região Metropolitana, para dar destino adequado aos resíduos sólidos e principalmente balizar as informações.

Amanhã estaremos aqui, se tudo der certo, com o IAP, com representantes do SIPARC, consórcio, com representantes do Ministério Público, com representantes da Associação de Moradores do Caximba, para que possamos balizar as informações e vermos quanto avançamos ou patinamos nesta situação.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do Grande Expediente concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acho que o Presidente tomou a atitude certa ao fazer este acordo da vinha do Secretário, até porque se fosse a votação hoje, veja que não teríamos quórum suficiente, e sobretudo a Bancada do Governo. Só lamento que estas coisas estejam acontecendo, porque cada vez mais afunda o primeiro dos Três Poderes. O Secretário Delazari sabe muito bem, foi promotor de Justiça, que a Justiça cega as leis elaboradas pelo Parlamento. E o Parlamento nem sempre tem sido valorizado. Aliás, o Parlamento está ficando uma espécie de auxiliar do Poder Executivo.

Subo à tribuna nesta tarde para relatar uma Audiência Pública que tivemos hoje pela manhã, junto com a Deputada Rosane Ferreira. Estiveram presentes o Deputado Fernando Scanavaca e figuras ilustres da política paranaense, para discutirmos o novo projeto, ou seja, uma nova ideia que é de viabilizar o transporte de passageiros, através do espaço dos trilhos que tem hoje Curitiba e Região Metropolitana. Não podemos esquecer que temos 11 metros e 40 disponíveis, e que estes metros dariam per-

feitamente para colocar um meio de transporte para atender os Municípios da Região Metropolitana de uma forma mais rápida, mais segura, mais barata, sem poluir o meio ambiente, com preço muito mais justo, com hora marcada de saída e de chegada e um bonde silencioso.

Este assunto abordo mais uma vez desta tribuna, porque dá para entender claramente. É só subir num ônibus de Araucária a Curitiba, ou de Curitiba a Piraquara, ou de Rio Branco do Sul, e vamos ver que um trabalhador demora, às vezes, três ou quatro horas por dia para chegar ao trabalho e voltar à sua casa. Então, o trabalhador, como disse a Deputada Rosane Ferreira, que trabalha oito horas, acaba trabalhando o tempo mais duro dentro do ônibus, porque é uma luta titânica seis ou sete pessoas por metro quadrado, quando há um grande espetáculo popular, quando as pessoas se aglomeram bastante é possível ter quatro pessoas por metros quadrados. Vejam que dentro dos nossos ônibus estamos tendo sete pessoas por metros quadrado. É um absurdo! As mulheres estão sendo molestadas, as pessoas se aproveitam da situação. Então, não há mais condições de seguirmos esse caminho de apenas fazermos o transporte de massa com os ônibus da nossa Curitiba e da nossa Região Metropolitana.

Então, essa Audiência Pública de hoje de manhã já foi a segunda Audiência. A primeira Audiência que promovemos foi trazendo para Curitiba as metrópoles que já usam esse sistema de bonde elétrico como meio de transporte. Veio aqui na Assembleia Legislativa quem comanda o sistema de Porto Alegre, de São Paulo, de Recife, de Belo Horizonte, de Goiás, de Brasília e do Rio de Janeiro, e todos atestaram que se não tivesse esse sistema de transporte eles não saberiam como aconteceria de forma a contentar as pessoas, porque o sistema é absolutamente positivo, tendo uma avaliação das pessoas, segundo pesquisas nesses Estados, de até 90%.

Então, promovemos hoje a segunda Audiência Pública e tivemos a felicidade de ter a presença do Vice-Governador e futuro Governador, Orlando Pessuti, que veio acompanhado do Presidente da COMEC, acompanhado do IPPUC, veio aqui o Instituto de Engenharia do Paraná, que apresentou o projeto de viabilidade técnica e econômica, esteve aqui o Dr. Eduardo Raton, ele que é professor da Universidade Federal, exatamente na cadeira de Engenharia, e também o Samuel Gomes, Presidente da FERROESTE. Enfim, todos aqueles segmentos que estão pensando, estão discutindo a possibilidade de implantarmos em Curitiba e Região Metropolitana esse meio de transporte.

Concedo um aparte à Deputada Rosane Ferreira.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Primeiramente, quero parabenizar o Deputado Neivo Beraldin, porque ao assumir os trabalhos nesta Casa, uma das primeiras questões que o senhor retomou e chamou para si foi essa questão da mobilidade urbana, da acessibilidade e da questão de como se dará o modal do transporte coletivo para os próximos 30 anos, porque as Cidades têm que ser pensadas assim.

E hoje foi muito interessante a forma como o senhor conduziu brilhantemente e foi a primeira Audiência Pública que vejo em que o Presidente abre a Audiência e assume, sem delongas, os trabalhos. Foi muito importante passar já as colocações para o Instituto de Engenharia do Paraná, porque aquilo sinalizou, encaminhou e deu objetividade à Audiência, o que achei importantíssimo. E uma outra questão, para finalizar, é que houve ali, entre todas as instituições presentes, com ressalva do IPPUC, que estava meio na defensiva, nos demais havia uma única colocação, de que é preciso melhorar e muito o transporte coletivo de Curitiba e Região Metropolitana, principalmente nos horários de pico, e de que o transporte ferroviário é uma alternativa muito interessante para essa melhora.

Então, houve uma unanimidade de que precisamos do contorno ferroviário para o transporte de cargas, precisamos arcar o transporte de cargas de dentro do centro urbano da Cidade de Curitiba, mas podemos aproveitar essa malha já existente, esse leito que hoje está sob os trilhos já existentes para fazer transporte coletivo público de passageiros com qualidade, complementar aos nossos tradicionais meios de transporte.

Parabéns a V. Exa., quero colocar o meu mandato e a minha pessoa como parceria nessa sua luta, bem como tenho certeza absoluta que outros Deputados aqui que defendem e representam a Região Metropolitana devem somar-se a V. Exa.

Obrigada.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Agradeço a Deputada Rosane. E por sugestão do Presidente da FERROESTE, Samuel Gomes, ele nos sugeriu que criássemos um consórcio metropolitano. E quero convidar V. Exa. para que juntos possamos fazer esse consórcio, e queremos debater esse assunto do transporte metroviário em todos os Municípios, porque sentimos o seguinte: que cada Município tem a sua empresa de ônibus. Me parece que essas empresas de ônibus, equivocadamente, estão contrárias a essa possibilidade e oferecermos essa alternativa mais barata e mais viável para a nossa população. Sabemos que as empresas exercem um poder muito grande, mas queremos convidá-las para que elas também participem dessa proposta, até como, quem sabe, se ganharem a concorrência, por que não as empresas de ônibus gerirem o transporte rodoviário e também o transporte ferroviário, sendo que ele deve se integrar? Um modelo não se opõe ao outro, assim como não se opõe esse sistema de trilhos ao projeto que o nosso Prefeito Beto Richa está propondo do metrô que é do Norte-Sul.

Sabemos que esse projeto do metrô Norte-Sul é importante, mas não interfere absolutamente nada nesse projeto que estamos colocando aqui para a população do Paraná. Agora, sabemos também que esse dinheiro do metrô ainda não veio, estão travando uma batalha para conseguir esse dinheiro, e certamente não ficará pronto até a Copa do Mundo de 2014. Esta ideia de usar o

espaço de onde estão instalados os trilhos que hoje são usados para transporte de cargas, concordamos que se retire os vagões que transportam cargas no centro de Curitiba, porque fazem barulho, porque buzina. O que não concordamos é que se deixe esse espaço para uma nova avenida para que se tenha mais ônibus, mais carros e mais interesse econômico imobiliário e tudo mais. Queremos que esse espaço que hoje é utilizado como meio de transporte de cargas, mas que o DNIT pode perfeitamente conceder ao Governo do Paraná, ou à Prefeitura de Curitiba, ou ao Consórcio Metropolitano, para que faça o meio de transporte mais ágil, mais barato. Certamente ele fará sim, porque assim o fez para os outros Estados do Brasil. E esse Consórcio Metropolitano deve ser feito sim, devemos discutir com a comunidade, devemos difundir essa ideia, porque parece que os Prefeitos da Região Metropolitana, de um modo geral, não querem discutir esse assunto. Não sei o que prende esses Prefeitos para que não queiram participar de uma Audiência Pública que vai se discutir a possibilidade de passar o trem entre Pinhais-Piraquara. Eles estão assistindo o trem passar para Antonina, levando passageiros em suítes, mas não querem discutir a hipótese do cidadão embarcar no trem e chegar em Curitiba pagando R\$ 1 a passagem, eles não querem discutir, ninguém quer discutir. É impressionante como há uma preguiça.

Eu, se fosse Prefeito de Piraquara, a primeira coisa que faria era estar aqui hoje para fomentar essa ideia, porque lá são 80 mil habitantes que vêm ali pela 415 num transporte lotado, que demora muito para chegar de Piraquara a Curitiba e Curitiba a Piraquara e, se usar os trilhos não terá engarrafamento, o bonde vai direitinho. Assim como faz em Paris, hora marcada para sair e chegar. E muito mais barato, porque é energia elétrica. Apenas reforçar o leito dos 11 metros que estão disponíveis e fazer esse projeto.

Graças a Deus o Vice-Governador Orlando Pessuti entendeu muito bem, o Instituto de Engenharia encampou a ideia; o IPPUC, um pouco mais resistente, porque há uma tradição aqui que a palavra é do IPPUC, mas não é tudo isso, é preciso discutir com a comunidade.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passaremos ao Horário das Lideranças.

PDT.

(**Declina**)

No Horário do PMDB, com a palavra o Deputado Eduardo Cheida.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Eduardo Cheida

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Apenas para reforçar um convite a todos os Parlamentares sobre o dia de amanhã, onde aqui neste plenário faremos uma Audiência Pública, a Comissão de Meio Ambiente, a respeito, talvez, de um dos temas mais sérios relativos ao meio ambiente, que é o Aterro do Caximba. Tem muita gente que ainda imagina que o problema do Aterro do Caximba se restringe a Curitiba e Região Metropolitana. É um grande engano. O volume de resíduos sólidos, que é depositado aqui, é tão grande que desperta, muitas vezes, a repulsa de alguns Municípios em receber esse lixo, e em outros à vontade de tê-lo, por razões econômicas, obviamente. É um tema social, econômico, sócio-ambiental portanto. É importante que todos os Parlamentares estejam presentes. Esse tema é altamente polêmico. Estarão presentes o Ministério Público, o IAP, a Prefeitura de Curitiba, organizações da sociedade civil e, claro, os interessados da Região Metropolitana.

A Comissão de Meio Ambiente, até por sugestão das Deputadas Rosane Ferreira e Beti Pavin e de outros Deputados, está encarando algumas discussões de frente. O Aterro do Caximba é o primeiro. Em seguida será o Aquífero Karst, depois o Código Florestal Brasileiro, ainda este ano. É uma agenda bastante interessante.

Fica o convite e espero que todos possam estar presentes amanhã às 10h aqui no plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero ratificar o convite. Infelizmente não estarei aqui, porque tenho uma viagem curta e volto para a Sessão da tarde. Até convoco que V. Exa. presida a Sessão, porque é muito importante, amanhã, trataremos desse tema.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, se V. Exa. permitir, quero registrar a presença dos acadêmicos de Cascavel, do curso de Direito, que fizeram uma visita, hoje, à 2ª Secretaria, ao Poder Judiciário, e agora estão presentes no plenário. Gostaria que V. Exa. os saudasse.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sejam bem-vindos os estudantes que estão aqui com a professora responsável, Helen Somavilla, e o acadêmico coordenador, Pedro Araújo. Eles são da Faculdade de Direito UNIVEL, de Cascavel. Sejam bem-vindos a esta Casa!

Bloco PPS/PMN.

(Declina)

Democratas. Com a palavra o Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do DEM: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente, quero saudar a presença dos estudantes de Cascavel que vêm visitar a Assembleia Legislativa do Paraná. Sejam bem-vindos!

Sr. Presidente, só quero deixar registrado o acontecimento de sexta-feira, na Cidade de Ponta Grossa. Já tinha falado do que estava para acontecer naquela Cidade, onde o Prefeito de Curitiba, Beto Richa, recebeu o título de Cidadão Honorário da Cidade de Ponta Grossa. Foi montada uma programação para o Prefeito de Curitiba, depois de muito tempo pessoas pedindo para que quando lá ele estivesse a oportunidade de conversar.

Inicialmente, aconteceu um bate-papo com os professores, Deputado Elio Rusch. Mais de 300 professores participaram de um encontro com o Prefeito de Curitiba, Beto Richa, em que foi possível o Prefeito falar sobre Educação, sobre aquilo que ele está fazendo na Capital do Estado e que lhe proporcionou uma reeleição com praticamente 80% dos votos da Capital.

Aconteceu, também, uma ampla palestra para os alunos da Faculdade União. Em torno de 1 mil acadêmicos lá estiveram assistindo a uma palestra sobre administração da Cidade de Curitiba. Depois, a entrega do título de Cidadão Honorário. Em torno de 700 pessoas lá estiveram. Com a Câmara Municipal lotada, assistimos o Presidente daquela Casa, Vereador Sebastião Mainardes, nosso companheiro do Democratas, que ofereceu esse título de Cidadão Honorário ao Beto Richa. Posteriormente, tivemos um amplo jantar político, que reuniu lideranças de toda Região dos Campos Gerais e demais regiões do Estado do Paraná, em torno de 800 lideranças, entre Prefeitos, ex-Prefeitos, Vereadores, Presidentes de Câmaras, Secretários Municipais, ex-Vereadores, enfim, o mundo político regional, além da região dos Campos Gerais que lá se fez presente.

O Prefeito de Ponta Grossa, Pedro Wosgrau, acompanhou o Prefeito de Curitiba, Beto Richa, na sua visita à Cidade de Ponta Grossa, juntamente com o vice-Prefeito Rogério Serman. Foi uma bela visita. Lá estiveram Deputados Federais, Deputados Estaduais. O Deputado Federal Gustavo Fruet esteve prestigiando aquela solenidade; o Deputado Setim lá esteve; o nosso Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Nelson Justus, participou da solenidade; o Deputado Valdir Rossoni lá esteve participando, além do Deputado Marcelo Rangel, do Deputado Péricles e nós estivemos participando da solenidade, em que tivemos um dia todo especial para Cidade de Ponta Grossa, no momento que o Beto Richa por lá passou.

Quero deixar aqui registrado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a bela festa que a Cidade de Ponta Grossa fez em agradecimento ao Prefeito Beto Richa, por tudo aquilo que já fez por Ponta Grossa e, com certeza, no futuro, terá condições de fazer muito mais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PSB/PSRB/PV. Com a palavra o Sr. Deputado Reni Pereira.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, nossos visitantes.

Inicialmente, gostaria de fazer uma questão de ordem, Deputado Duílio, V. Exa. que preside a Sessão, para que verificasse junto a assessoria técnica da Mesa, em que pé que está o projeto de lei do ex-Deputado Professor Luizão, que estipulava a permissão para o uso de armas por parte dos agentes de segurança do Estado do Paraná. Esse projeto foi relatado por mim na Comissão de Constituição e Justiça. Foi aprovado por todos os Srs. e Sras. Deputadas. Foi vetado pelo Governador. E consulto a Presidência porque estamos aí na iminência de ter algo muito sério na Segurança Pública, principalmente nos presídios do Estado do Paraná, em virtude dos acontecimentos na Cidade de Londrina no último final de semana. E realmente quando pensamos nos agentes de segurança do Estado do Paraná, temos que pensar que eles estão suscetíveis a vários itens de risco, não só na sua profissão, mas principalmente fora dela em virtude dos contatos no seu dia a dia. E temos que pensar que a segurança que o Estado tem que lhes oferecer, não é somente no horário de trabalho, mas principalmente extra horário de trabalho, porque não são só eles, são as suas famílias.

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Obrigado. Quero, primeiro, parabenizá-lo pela lembrança. A verdade é que esse veto deveria ter vindo 30 dias após ter sido sancionado o veto para plenário, e obviamente que ainda não correu, mas certamente depois desses acontecimentos de Londrina, teremos que votar esse veto aqui em plenário. Além disso, V. Exa. tem acompanhado na Comissão de Constituição e Justiça um debate que estamos fazendo junto com o Sindicato, que é a extensão da obrigatoriedade também para os agentes penitenciários, seja feito todo aquele processo que já é feito na Polícia Militar e na Polícia Civil de exames psiquiátricos, que também seja feito junto aos agentes penitenciários, porque toda essa tensão, todo esse processo, inclusive de ameaças, está gerando dentro da categoria uma série de doenças ocupacionais, entre elas o processo de depressão, inclusive, que posteriormente poderá diretamente afetar no seu dia a dia na profissão que exerce.

Então, acredito que V. Exa. é feliz em fazer esse debate, porque certamente esse veto terá que ser votado, uma vez que foi aprovado por unanimidade, aqui, nesta Casa.

Obrigado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Realmente, Deputado Tadeu, não podemos fingir que não estamos vendo esse problema. E por mais que não sejam policiais, o Estado tem que oferecer a esses

agentes penitenciários, agentes de segurança, as mesmas garantias, não só em virtude da função, mas até aquelas derivadas da sua função: seguro de vida, uma série de outras coisas como concedem aos policiais. Porque apesar de não serem policiais, a vida deles é colocada muito mais em risco, dependendo de quem eles protegem na penitenciária, do que o próprio policial. Porque o policial trata com o cidadão de bem e com o bandido. Eles, não, a vida deles é diretamente com pessoas condenadas. E não sabemos as consequências que essas pessoas possam ter com eles e com seus familiares.

Então, até para uma boa qualidade do serviço, é bom que o Estado se resguarde de dar, a essas pessoas um mínimo de condições de integridade e estabilidade deles e das suas famílias. É uma apelo que faço e já fica essa questão de ordem diante do esclarecimento como um requerimento para que o Presidente, que tem essa prerrogativa, coloque esse veto em apreciação no plenário, porque tenho certeza que isso pode, de repente, Deputado Marcelo Rangel, até mesmo evitar uma paralisação no sistema penitenciário do Estado do Paraná.

E um segundo assunto que, na verdade, fui tomado de surpresa, hoje pela manhã com algumas rádios de Curitiba me ligando - estava ainda em Foz do Iguaçu - e também agora à tarde fui procurado pela imprensa, em relação a uma celeuma que foi divulgada no final de semana, não sei por qual meio de comunicação, que o Governo do Paraná teria reconhecido um erro na lei, que regulamentou os espaços para o consumo de cigarro no Estado e estaria mandando a lei de volta para a Assembleia e isso poderia demorar para entrar em vigor a lei.

Com o devido respeito é um equívoco. Não vou dizer aqui um erro. A lei depois de publicada no Diário Oficial, mesmo que contivesse um erro, que é o artigo que diz que as empresas ou os estabelecimentos, que venderem a menores de 16 anos, terão a sua inscrição cancelada, não poderia mais voltar para a Assembleia. Teria que ser feita uma nova lei alterando aquela. Esclarecer que ao contrário do que foi anunciado, por alguns meios de comunicação, esse dispositivo não está errado. Mesmo que a Deputada Rosane Ferreira não tivesse anunciado, que entrará com uma lei alterando, dizendo que é a venda a menores de 18, não invalidaria a lei e nem tampouco esse artigo de lei. Porque a lei federal trata da proteção à criança e ao adolescente. No artigo 81, inciso 3º proíbe a venda de produtos que gerem dependência a crianças e adolescentes. Fato que torna a venda de produtos, que gerem dependência a crianças e adolescentes proibida a menores de 18 anos. Estamos falando aqui de uma venda para consumo direto.

Quando se justificava a questão de se permitir ou não fumódromos, era à proteção à saúde e, principalmente, que não existisse o estímulo visual aos adolescentes, aos jovens, que segundo os técnicos e os especialistas da área, a maioria ingressa no vício de cigarro na juventude. Quando acatamos essa emenda que previa a cassação dos estabelecimentos, que vendessem a menores de 16 anos, não estávamos dizendo aqui venda para o con-

sumo. É a venda para aquele menino, que o pai manda para que compre a carteira de cigarros, para que ele não tenha o estímulo de ver aquela propaganda bonita.

Segundo: colocamos aqui uma sanção, que a cassação da inscrição. O Estatuto da Criança e do adolescente não prevê nenhuma sanção direta. Estávamos e estamos na lei do Paraná uma sanção direta. A cassação da inscrição não se aplica a mesma pena do consumo, em lugares fechados, que é aquela multa que pode chegar a mais de R\$ 5 mil. Aquela multa é para quem consumiu ou permitiu o consumo, em locais que estávamos protegendo pela lei. Essa, não, Não é aquela multa. Essa é a cassação da inscrição, para quem vender à menores de 16 anos. Então, uma coisa não tem nada a ver com a outra. Aquela lei, do Estatuto da Criança e do Adolescente, está em pleno vigor no Paraná, que é proibida a venda à menores de 18 anos. Também estaria em vigor, da forma com que estaria perfeita esta, porque esta diz respeito à compra, independente de ser para consumo ou não e estabelece pena.

Ouvi agora há pouco alguns constitucionalistas se pronunciando sobre o tema, porque deu muita repercussão, exatamente nesta linha. Parabenizo a Deputada Rosane Ferreira pela iniciativa, em que pese ela ser desnecessária. Mas é bom, porque estanca esse debate.

Concedo um aparte ao Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Parabenizo V. Exa., que com sabedoria e dignidade fantástica exerce o seu mandato de Deputado.

Para clarear, a lei está aprovada. Se houver um artigo que tiver alguma dúvida, terá que ser enviado um projeto ou por iniciativa desta Casa, para alterar aquele artigo, mas não a lei como um todo, que é muito grande, que tem inúmeros artigos e parágrafos. Isso tudo está em vigor. Qualquer tentativa de mexer na lei Antifumo será para alterar um único artigo desta lei, e que mesmo assim, como diz V. Exa. com essa sabedoria notável, é que na sua opinião esse artigo também está correto. Talvez não caiba nem alterar esse artigo, como diz V. Exa. A Lei Antifumo é uma conquista pela vida, pela saúde dos paranaenses.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Obrigado pelo aparte. É exatamente isso. Só para esclarecer, a Assembleia Legislativa não errou, nem a Comissão na redação final, nem o diário e nem o Governo. É 16 anos mesmo, não está errado e não é contrário ao Estatuto da Criança e do Adolescente, porque lá veda a venda para o consumo e para a dependência. E não estabelece pena. Aqui veda a venda, na verdade estipula uma pena para quem vender, independente se for para consumo, porque o escopo de toda a lei do Paraná é criar uma consciência coletiva dizendo que o fumo é danoso para a saúde. A proteção da saúde foi a única coisa que balizou e norteou todo o debate nesta Casa para aprovação da Lei Antifumo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Só para esclarecer, Deputado Reni Pereira, que o projeto que V. Exa. se referiu já está em condições, o veto aliás, já está em condições de ser apreciado pelo Plenário. Podemos, a qualquer instante, colocá-lo aqui. E vamos apreciar o veto.

No horário do PT, concedo a palavra à Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Liderança do PT: Deputada Luciana Rafagnin

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Faço uso da tribuna nesta tarde, Sr. Presidente, pelo fato de que nesta semana, no dia 16 de outubro, comemoramos o Dia Mundial da Alimentação. E hoje foi dada a abertura da Semana Mundial da Alimentação, para que possamos fazer um debate sobre o que significa a alimentação ao ser humano e como que vivemos hoje uma certa insegurança alimentar. Até em nome da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar, quero agradecer sempre todo apoio que tivemos aqui dos nobres Parlamentares, Deputado Cheida, Deputada Rosane, Deputados Pastor Edson, Augustinho Zucchi, Péricles, sempre estiveram conosco nesse debate de trabalharmos um pouco mais de segurança alimentar no nosso Estado do Paraná. Mas hoje, na abertura desta Semana Mundial da Alimentação, queremos trazer alguns dados que nos chamam a atenção. O objetivo da semana é justamente esse: que a população, de uma forma geral, faça uma reflexão sobre a insegurança alimentar que vivemos.

Temos cerca de 800 milhões de pessoas que vivem hoje com insegurança alimentar. E temos também 191 Países que já se comprometeram a assinar um termo de compromisso e tentar erradicar a fome e a pobreza no mundo até o ano de 2015. Claro que para isso é necessário que muitas ações sejam feitas. E essa Semana Mundial da Alimentação, principalmente dia 16 de outubro, Dia Mundial de Alimentação, vem com esse objetivo, que as pessoas fiquem um pouco mais sensíveis à insegurança alimentar que o mundo vive, que possamos trabalhar ações que realmente combatam a questão de fome hoje no nosso País. Temos no Brasil, cerca de 12 milhões de famílias que até celebram este dia, não que estejam livres da fome, mas de uma certa forma estão com pouco mais de segurança alimentar por pertencer, por serem beneficiados pelo Programa Fome Zero, programas que hoje amenizam um pouco a fome de milhares de brasileiros. Inclusive cerca de 12 milhões de famílias que hoje são beneficiadas pelo programa.

Concedo um aparte a V. Exa., Depurado Elton Welter.

O Sr. Elton Welter (PT)

Quero parabenizá-la pelo pronunciamento. Estive hoje de manhã na Escola de Governo, onde se falava do

tema que V. Exa. está abordando e, de fato, existem muitos programas que remetem à produção de alimentos com qualidade, para começar a servir alimentos naturais para os nossos estudantes.

Por exemplo, a lei recentemente sancionada pelo Presidente Lula, que faz com que os Municípios tenham que gastar pelo menos 30% do dinheiro da merenda escolar com a compra de alimentos dos produtores locais da microrregião. Isso vai organizar a cadeia produtiva de alimentos. Tenho convicção que em médio prazo os alimentos que serão fornecidos para os alunos da rede pública serão de muito maior qualidade. Isso também, por extensão, organizando a cadeia produtiva dos alimentos, poderá ser abastecida com os alimentos produzidos na região, nos mercados. Porque hoje, muitos alimentos viajam muitos quilômetros, uma distância muito grande e nem sempre a qualidade boa.

Tenho a convicção que nesse Dia Mundial da Alimentação, para alimento de qualidade é fundamental que possamos refletir e produzir políticas públicas que melhorem a alimentação.

Parabéns por V. Exa. falar sobre o tema.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Obrigado, Deputado Elton Welter.

Querida, endossando as vossas palavras, dizer que quando falamos de segurança alimentar, não estamos apenas falando de um simples alimento colocado nas mesas dos brasileiros, mas sim que tipo de alimento. O que esse alimento vai levar de bom para as pessoas? A qualidade, realmente, desse alimento.

É isso que o Deputado Elton Welter coloca com muita propriedade, muito importante a lei sancionada pelo Presidente Lula. Com certeza é um produto fresco e saudável, e junto com isso é importante discutir o apoio de uma nutricionista, que acompanhe toda a questão do cardápio escolar. Apresentamos um projeto nesta Casa para que a nutricionista possa acompanhar o cardápio escolar, porque não basta apenas falar de que forma a criança deve se alimentar, mas realmente o que está sendo levado, de que forma essa criança está sendo alimentada.

Uma das coisas que nos chama a atenção, um dos dados que nos chama a atenção é que 1,3% das crianças dos Países em desenvolvimento apresenta um atraso no crescimento físico e intelectual. Então, isso prova que não basta apenas também se alimentar, mas se alimentar bem, que é muito importante.

Das mulheres, 40% desses Países em desenvolvimento são anêmicas e estão abaixo do peso. São dados que nos chamam a atenção e trazem uma grande reflexão sobre o que podemos também fazer, o que podemos trabalhar para que o mundo tenha um outro retrato. Não esse retrato da fome, da miséria. Esse retrato anêmico que é passado para todos nós, mas que infelizmente é o retrato verdadeiro do mundo.

Então, essa semana e o dia 16 de outubro é um dia que nos chama a atenção sobre o que podemos

fazer para que esses 800 milhões de pessoas que vivem insegurança alimentar possam ter um pouco mais de tranquilidade e uma certa segurança alimentar. Esse é o objetivo desta Semana Mundial da Alimentação, mas também é o objetivo de sensibilizar a todos as autoridades e a sociedade de modo geral para que se volte a esse assunto da segurança alimentar, do combate à fome no País e no mundo.

Sr. Presidente, gostaria de citar, no dia 5 de outubro a COOPERAF recebeu o prêmio mundial de melhor programa de habitação social. A COOPERAF já desenvolveu de construção, reforma e ampliação de cerca de 30 mil casas, em 12 Estados do nosso País. Concorreu com mais de 500 outras instituições que estiveram competindo nesse evento, que é promovido pela ONU e que escolhe o melhor programa de habitação social. A COOPERAF ganhou o prêmio de melhor programa de habitação social. Está de parabéns a COOPERAF, acredito muito bem merecido pelo trabalho todo que é realizado aqui no Estado do Paraná, próximo a 10 mil casas que foram construídas não só pela COOPERAF, que envolve a questão da CRESOL, como o Governo do Estado, na parceria com o Governo do Estado também, mas cerca de 5 mil foram construídas, reformadas ou ampliadas pela COOPERAF.

É um programa que está dando certo, é um programa bem confiável e que está mudando a vida dos agricultores. Está fazendo com que eles tenham uma vida um pouco mais digna morando no campo e com a programa que tem hoje o Governo Federal, mas que está sendo desenvolvido nessa parceria com a COOPERAF, e aqui no Paraná contamos com o apoio do Governador Roberto Requião através da COHAPAR. Apoio importante que foi a realização de quase 5 mil casas.

Está de parabéns a COOPERAF, volto a repetir, é a Semana Mundial da Alimentação, e gostaríamos que todos os Parlamentares fizessem uma reflexão sobre como estamos vendo hoje e o que podemos fazer para combater a fome no nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Não vou tratar o assunto da vinda do Secretário da Segurança Pública na Assembleia Legislativa, no dia 27 de outubro próximo.

Espero, Deputado Valdir Rossoni, que V. Exa. possa se preparar para esse debate. Penso que o Secretário da Segurança Pública virá a esta Casa para fazer uma prestação de contas da sua atuação como gestor da política pública de Segurança, que é desenvolvida por este Governo. E para poder debater e explicar, detalhar e res-

ponder a cada uma das perguntas que forem formuladas pelos Parlamentares.

Presidente Nelson Justus, hoje, na minha avaliação, agiu com seu costumeiro estilo de poder buscar o entendimento e reconhecimento que há um grande clamor da opinião pública para que o Secretário da Segurança venha à Assembleia Legislativa, preste contas e cada um dos Srs. e Sras. Parlamentares têm que ser porta-voz daquilo que pensa a sociedade paranaense relativamente ao tema que envolve a violência, que sabemos que é uma patologia do nosso tempo, e claro, é um momento de discutir aquilo que foi feito e que está sendo planejado para 2010, até porque estaremos votando o orçamento da Segurança Pública para 2010, e certamente o nosso orçamento é ajustadinho, não é um orçamento folgado.

Aqui temos que fazer escolhas. Muitas vezes temos que escolher: vamos contratar professor ou vamos ter que contratar policial. São escolhas que nós legisladores temos que fazer. É claro que ambos são muito importantes. Sabemos o quanto temos que investir em cada uma das principais políticas públicas do Paraná.

Há um clamor da sociedade em relação à questão da Segurança. Mas, em relação à Segurança, tenho uma opinião pessoal: ou promovemos uma concentração no sentido da articulação entre Estados, Municípios e sociedade civil organizada com uma forte participação popular, ou não encontraremos caminhos. Não dá para ficar combatendo. Tenho visto, Curitiba é um exemplo, o Prefeito Beto Richa criou a Secretaria Municipal Antidrogas. Muitas vezes vejo o Delegado Francischini quase como um Dom Quixote, combatendo a questão das drogas.

De uma ano para cá melhorou ou piorou o problema das drogas em Curitiba? Piorou. Lamentavelmente, piorou. O culpado é o Secretário Francischini? Claro que não. Ao contrário. Ele tem trabalhado muito no sentido de encontrar caminhos que possam, de fato, diminuir. Agora, temos que reconhecer, não tenho dúvidas, a Câmara de Vereadores de Curitiba tem que tomar uma medida. É uma medida acertada e penso que até devamos discutir com o Prefeito Beto Richa.

Temos que criar as casas de apoio no sentido de clínicas para poder tratar esta multidão de jovens que estão viciados no crack, para dar exemplo de uma droga que é a mais popular e que mais destrói o cérebro da pessoa. Temos que trabalhar ao lado de uma política de Segurança Pública, de ter carros de Polícia na rua, temos que ter efetivamente tratamento para os dependentes, para os viciados. Temos que ter parcerias.

Penso que esta discussão com o Secretário da Segurança é muito válida no sentido de que possamos estabelecer um diálogo entre Educação e Segurança. São temas, na verdade, correlatos, para que possamos encontrar caminhos que possam nos levar a uma sociedade mais tranquila. No Paraná temos grandes exemplos, onde funciona bem a Polícia com a comunidade o resultado é muito bom. Onde há Conselhos Comunitários de Segu-

rança atuantes há uma forte participação da sociedade civil, os resultados são muito importantes.

Por isso, temos que ter a capacidade de nós, Legislativo Estadual, estabelecer um diálogo produtivo, deixarmos de lado nossas vaidades, que devem arder em outra fogueira. Aqui temos que tratar do interesse público e Segurança Pública. Indiscutivelmente, o interesse público é uma grande aspiração da sociedade para que possamos trabalhar no sentido de diminuir a violência. Não são discursos radicalizados que possamos ter que vamos encontrar o caminho. Há um problema socialmente grave.

Ontem ainda eu lia o jornal Gazeta do Povo, que fez um comparativo entre duas regiões da Cidade: a vila Icaraí, a vila União, lá no bolsão Audiência União e a vila Zumbi dos Palmares. A Gazeta do Povo disse o quê? Deu como um grande exemplo da diminuição da violência os locais onde é feita a regularização fundiária e urbanização. As melhorias diminuem de forma radical os índices de violência. Me orgulho muito, como Presidente da Companhia de Habitação do Paraná, ter feito a regularização fundiária e a urbanização da vila Zumbi dos Palmares, ao lado da Prefeita Beti, que era Prefeita de Colombo, 7 mil pessoas morando na vila Zumbi dos Palmares. E tivemos uma grande diminuição dos índices de violência.

Mas lembro-me que a primeira vez que enviamos as assistentes sociais da COHAPAR, sabe como elas saíram da vila Zumbi dos Palmares? Saíram corridas! Saíram corridas porque o “chefete” do tráfico de então disse: “Aqui não! Aqui vocês não vão entrar”. Na época liguei para o delegado geral de Polícia, o delegado Adalto, que foi muito eficaz na ação dele. Resolvemos rápido aquele problema. Foi ruim para alguns que passaram desta para melhor. Mas, efetivamente entramos na vila Zumbi, fizemos a regularização e hoje melhoramos muito a questão da violência na vila Zumbi dos Palmares. Assim como foi feito na vila União, com o Programa Luz Legal, através da COPEL, regularizando a questão do fornecimento de energia. Quando você leva cidadania, leva energia elétrica, leva água, abre ruas e faz pavimentação, você vai transformando a favela, vai transformando a ocupação irregular em bairros e isso vai mudando a vida das pessoas, e sabemos que temos ainda que avançar muito nesse tema.

Para concluir o que queria falar hoje, quero dar uma notícia muito boa para todos os professores do nosso Estado, especialmente para 7 mil 626 professores que terão a implantação, a partir de setembro de 2009, das promoções a que têm direito. Isso vai representar um investimento mensal na ordem de R\$ 1 milhão de 439 mil, o que será pago através de uma folha complementar, no próximo dia 15 de outubro, pela Secretaria da Educação.

Então, professores da rede estadual, são 7 mil 626 beneficiados com crédito previsto para o dia 15 de outubro, em um valor total de R\$ 1 milhão e 439 mil. E na folha normal do mês de outubro, com crédito previsto para 30 de outubro, está prevista a implantação do pagamento das promoções, também retroativas a 1º de setembro de 2009, dos funcionários integrantes da nova

carreira da Educação, quadro de funcionários da educação básica, Lei Complementar nº 123, que esta Casa votou e que beneficiará 6 mil 549 funcionários, em um investimento mensal na ordem de R\$ 1.865.869,66.

Então, são notícias boas, que temos que comemorar, porque o investimento na área da Educação é aquilo que inclui, é aquilo que de fato promove educação pública, educação básica, que promove a inclusão social e o resgate da cidadania das pessoas.

Por isso, parabéns ao Governador Requião, pela decisão sábia, e este aqui é um dos compromissos: promoção implantada e paga para os professores a partir de setembro e para os funcionários também, implantado e pago no dia 30 de outubro, sendo que uns recebem no dia 15 e os outros receberão no dia 30 de outubro. É uma grande vitória e uma grande conquista para professores e professoras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 901/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, atenção especial e atendimento ao fornecimento de uma ambulância ao Município de Farol. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 902/09, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a reversão ao Município de Ubatã de área de terras com 3.284,75m² constituída pelo Lote nº B-1-F-31, remanescente 1, constante da Matrícula nº 18.330 do Registro de Imóveis da Comarca de Ubatã, que havia sido doado ao Estado do Paraná para a construção da sede da Companhia da Polícia Militar. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 903/09, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a reversão ao Município de Ubatã de área de terras da COHAPAR, constituída pelos Lotes 01 a 24 da Quadra KK-1ª, com área de terras de 5.456,00m²; Lotes 01 a 26 da Quadra KK - 1B com área de 5.984,00m²; Rua Projetada A, com área de 1.632,00m² e Rua Projetada B, com área de 528,00m², com Matrículas nºs 20.293 a 20.316, 20.317 a 20.342, 20.343 e 20.344, respectivamente do Cartório de Imóveis daquela Comarca. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em número de 05 (cinco), de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4947, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 13 de outubro de corrente ano, por estar representando esta Casa em Rebouças. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 4948, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, requerendo autorização desta Casa para se ausentar do País, no período de 16 a 04/11/09, com destino aos Estados Unidos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4960, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente, requerendo autorização desta Casa para ausentar-se do País no período de 16 a 29/10/09. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4961, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Ordinárias dos dias 14 e 15 de outubro do corrente ano, em virtude de viagem a Brasília. **À Comissão Executiva.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 372/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 055/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Pérola. **Aprovada. (Publ. no DA nº 085/09, de 04/08/09, em Mensagens).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 483/09, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de utilidade pública o Instituto Palazzolo, com sede e foro no Município de Paranaguá. **Aprovada. (Publ. no DA nº 105/09, de 15/09/09, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 308/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 048/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Mandaguari. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 051/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Guratuba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 135/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, que dispõe sobre a proibição da exigência da contratação de provedor para permitir o acesso à internet banda larga. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovada. (Publ. no DA nº 031/09, de 07/04/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 135/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, tem como objetivo proibir as empresas prestadoras de serviço de acesso à internet via banda larga de exigir a contratação de provedor de conteúdo como condição ao acesso à internet.

Fundamentação

Com relação à matéria em questão, a exigência de contratação de provedor de conteúdo de internet por parte das empresas prestadoras de serviço é prática abusiva e ilegal, que é inteiramente vedada pelo Código de Defesa do Consumidor em seu artigo 39:

“Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços:

I - condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos.”

Nossa Carta Magna dispõe em linhas gerais a respeito de competência sobre a matéria ora em questão em seu artigo 24:

Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V - produção e consumo.

Desta maneira, verifica-se a competência concorrente do Estado e da União de legislar sobre os assuntos

referentes à produção e ao consumo, na qual se inclui a matéria em tela.

Observa-se que o Legislador, respeitando a previsão do artigo 53, IV da Constituição Estadual, assegura a natureza legislativa sobre o presente projeto.

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente. (grifo nosso)

Também nesse sentido o artigo 65, da Constituição do Paraná, esclarece:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ainda, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em tela não apresenta nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Ante o exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apontadas, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 19/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 135/09

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Jonas Guimarães, tem o presente projeto de lei a finalidade de proibir as empresas prestadoras de serviço de acesso à internet via banda larga, de continuar com a prática considerada abusiva e ilegal de exigir a contratação de provedor de conteúdo, como condição de acesso à internet.

No que compete à Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação, e em concordância com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que muito bem fundamentou a legalidade do projeto, à luz do Código do Consumidor, Constituição Estadual e Constituição Federal, e por ser objeto de relevante interesse público e defesa do cidadão, oferecemos parecer favorável, recomendando sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19/05/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 448/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 068/09, que autoriza o Poder Executivo a denominar de Doutor Victor de Almeida Barbosa, o Hospital Geral de Telêmaco Borba,

localizado na avenida Marechal Floriano Peixoto, s/n, Município de Telêmaco Borba. COM PARECER DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 100/09, de 31/08/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 448/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem nº 068/09, que denomina de Doutor Victor de Almeida Barbosa, o Hospital Geral de Telêmaco Borba.

Analisando a proposição do Poder Executivo, verificou-se que o projeto não encontra óbice no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Federal:

Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

A Constituição Estadual, em seu artigo 191 diz:

Art. 191. Os bens materiais e imateriais referentes às características da cultura, no Paraná, constituem patrimônio comum que deverá ser preservado através do Estado, com a cooperação da comunidade.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98. Anexamos cópia da Lei nº 15787 de 20/02/08 e cópia do Decreto Estadual 3017/08, para compementar o parecer deste relator. Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 487/09, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública o Instituto Vida - Desenvolvimento Humano Integral e Inclusão Social de Curitiba, com sede e foro na Cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 106/09, de 15/09/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 487/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, tem por objetivo declarar de utilidade

pública o Instituto Vida - Desenvolvimento Humano Integral e Inclusão Social de Curitiba, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise. Na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 06/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 487/09

Atendendo o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei Ordinária nº 487/09, que passa a ter a sua súmula com a seguinte redação:

“Súmula: Declara de utilidade pública o Instituto Vida - IV - Desenvolvimento Humano Integral e Inclusão Social, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.”

Sala das Comissões, em 06/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 494/09, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que declara de utilidade pública a Associação de Capacitação da Mulher e Centro de Educação Infantil Anita Correia, com sede e foro na Cidade de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 109/09, de 21/09/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 494/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei objetiva declarar de utilidade pública a Associação de Capacitação da Mulher e Centro de Educação Infantil Anita Correia, a fim de possibilitar o seu crescimento e desenvolvimento, haja vista sua grande contribuição social, na busca pela garantia dos direitos sociais e enfrentamento da pobreza.

Fundamentação

Atendendo as atribuições dispostas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, compete à Comissão de Constituição e Justiça, inicialmente, a análise acerca da constitucionalidade, legalidade, legitimidade, bem como da técnica legislativa abarcadas por este projeto de lei. Desta feita, considerando-se que o projeto, ora em análise, está em plena consonância com o disposto na Lei nº 6994/78, posteriormente alterada pela Lei nº 8589/87, não há que se falar em empecilho que obste sua normal tramitação.

Ressalte-se, ainda, quanto à técnica legislativa, que há plena conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Em face do exposto, somos de análise favorável à regular tramitação do projeto de lei ora apresentado.

Sala das Comissões, em 06/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 018/09, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas dos Srs. Deputados, referente ao mês de setembro de 2009. Resoluções nºs 003/04 e 003/09. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovada.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 018/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Srs. Deputados previstas na Resolução nº 003/04, com as modificações contidas na Resolução nº 003/09, referente ao mês de setembro de 2009.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06/10/09.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO Nº 065/09

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a proposição supracitada, prestando contas das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de setembro de 2009, conforme Resolução nº 003/04, com as modificações contidas na Resolução nº 003/09.

As despesas, constantes nos documentos entregues à este relator, da Proposição nº 065/09, que trata de verba acima, encontram-se em conformidade com a sua regulamentação, atendem a legislação ora vigente e não restam quaisquer dúvidas quanto a sua exatidão, merecendo sua aprovação.

É o parecer favorável - aprovado.

Sala das Comissões, em 06/10/09.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 4902, de autoria dos Deputados Chico Noroeste, Nereu Moura, Elio Rusch e demais Deputados, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelos autores.**

Já discutido por diversas ocasiões hoje, o requerimento de convocação ao Secretário Delazari. Esta Presidência deixa de receber o requerimento, uma vez que ele perde o seu objeto, até porque há retirada do próprio autor. Por essa razão deixamos de votar.

Já está confirmada a convocação do Secretário para o dia 27, terça-feira, às 14h30.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

V. Exa. tem dirigido esta Casa, 99,9% com maestria. Mas esse momento V. Exa. comete um deslize na presidência. Não quero contestá-lo, porque depósito em V. Exa., respeito, admiração e, principalmente amizade. Essa sua decisão não é coberta pelo Regimento e não me agrada. Acho que ela vem tardiamente. Só não me senti constrangido pela amizade que nutro pelo Deputado Elio Rusch e pela liderança que ele exerce entre os nossos Pares.

Presidente Nelson Justus, pode observar no requerimento - e foi um cuidado que tivemos - que ele é de autoria da Liderança da Oposição. O Deputado Elio Rusch sentiu que o clima no Plenário era favorável para a convocação do Secretário e disse para não colocarmos como Liderança da Oposição, porque será um requerimento suprapartidário e vamos conseguir o número suficiente para convocarmos o Secretário. Agiu com competência o Líder da Oposição, naquele momento. O requerimento é de todos os Parlamentares; para ser retirado teria que os 31 concordassem com a sua atitude. Espero que V. Exa. quando o Secretário estiver aqui, continue tendo este mesmo sentimento benevolente com os Deputados de Oposição, porque não queremos transformar a pessoa que dirige a Segurança do Paraná, com incompetência, num herói. A população não vai aceitar essa atitude. Gostaria que V. Exa. discutisse com o nosso Líder como será distribuído o tempo para os questionamentos. O Líder do Governo já falou da tribuna que espera que eu esteja preparado para inquirir o Secretário. Não há necessidade de preparo, se eu anunciar o meu e-mail e deixar aqui o meu i-phone ligado, não preciso de preparo nenhum, a população vai falar comigo e mandar as perguntas. Desculpe discordar, mas me submeto à decisão de V. Exa..

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Rossoni, até pelo respeito que tenho à V. Exa. e à amizade que nos une, entendo a sua colocação.

V. Exa. me conhece há mais de 20 anos, cabe à Presidência, é papel do Presidente discutir a pauta, os vetos. Ainda hoje discutia com o Deputado Cheida como serão os vetos. Este é o papel do Presidente desta Casa em poder fazer com que a Sessão e as coisas corram da melhor maneira possível. Ora, nunca escondi de V. Exas. e tenho procurado ser o mais imparcial possível, nunca escondi que várias pessoas gostariam que o Secretário Delazari já tivesse vindo aqui, há muito tempo.

Os requerimentos que, muitas vezes, alguns Secretários não respondem, eu pessoalmente telefono aos Secretários pedindo: “Por favor, por uma questão de respeito a esta Casa, vamos trazer a resposta.” Acho que este é o papel do Presidente da Casa, fazer com que a coisa aconteça na melhor harmonia possível. Não tenho a menor dúvida, Deputado Rossoni, que no dia 27, na terça-feira, teremos aqui a condução dos trabalhos com a maior lisura, com a maior imparcialidade possível, que os Deputados vão perguntar, vão inquirir e se vão sair satisfeitos ou não cabe a cada um de V. Exas.. Vou lhe confessar mais. Não coloco em votação o requerimento, Deputado Rossoni, porque não precisa. Não sei se V. Exas. sabem disso, mas não precisaria nem ir à votação. Trinta e uma assinaturas e “acabou-se a história e morreu a vitória,” como dizia a minha avó. Acabou-se, o Secretário vem sim. Então, por essa razão, não há a necessidade de toda essa polêmica. O Secretário estará aqui no dia 27, vai fazer sua exposição e iremos inquiri-lo com firmeza, com a maneira que esta Casa tem se comportado sempre.

Agradeço a colocação e a compreensão de V. Exa., mas o objetivo desta Presidência foi única e exclusivamente - e cumprimento o Líder da Oposição e o Líder do Governo por terem encontrado um caminho que seja bom para todos, aliás, este é o nosso espírito, este é o objetivo - a transparência, que as pessoas aqui venha, se esclareçam, tirem suas dúvidas, seus avanços, seus recuos; mas nós agimos como democratas, e é assim que se age no Congresso ou em qualquer Parlamento do mundo: senta-se ao redor da mesa e discute-se. Quando o Deputado Rossoni era Líder, cansamos de discutir e com outros Presidentes, e eu também já fui Líder de Partido, sei como é que é, e é assim que tem que ser, conversando.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, ilustre Presidente.

(Assentimento)

Já que V. Exa. está tão empolgado aí, comandando com firmeza esta Casa, pego uma carona com V. Exa. para fazer um voto aqui, em nome do Líder maior, Duílio Genari: muito mais do que a presença do Secretário aqui, expresso a esperança de que seja melhorada a Segurança Pública, porque acho que é o que o povo está querendo. Com a vinda ou não do Secretário a esta Casa, o povo está ansioso para melhorar a segurança, para restabelecer a paz e a tranquilidade dos paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Requerimentos nºs 4924, 4925 e 4928, de autoria do Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4926 e 4927, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4932, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4933 a 4939, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 4940 e 4941, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4942, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4943, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, com apoio dos Deputados Reni Pereira, Douglas Fabrício, Tadeu Veneri e outros, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 4944, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4946, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 4951, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 4957 a 4959, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL: dos Projetos de Lei nºs 066 e 346/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 135, 448, 487 e 494/09 e do Projeto de Resolução nº 018/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 508, 509 e 518/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Atas de Comissões****Constituição e Justiça**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
16ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
31ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Duílio Genari, Edson Strapasson, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel, Nereu Moura, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Waldyr Pugliesi e Neivo Beraldin. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última Reunião Ordinária em discussão e votação - Aprovada, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Nereu Moura. Passou-se ao expediente: Na ata da 5ª Reunião Extraordinária do dia 06/07/09, o item nº 01 passa-se a ler da seguinte forma: "O Sr. Presidente coloca em votação o voto em separado do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli favorável à emenda. O Sr. Deputado Douglas Fabrício SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 319/09 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer do Deputado Luiz Claudio Romanelli pela DEVOLUÇÃO da matéria ao autor - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 393/09 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 402/09 de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 408/09 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühler - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 410/09 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli, na forma da emenda anexa - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 415/09 de autoria do Deputado Professor Lemos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 419/09 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 442/09 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 448/09 de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Saúde, lido pelo Deputado Reni Pereira - DEFERIDO pelo Presidente. O Sr. Deputado Artagão Júnior SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 10) Projeto de Lei Complementar nº 212/08 de autoria do Deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior à EMENDA SUBSTI-

TUTIVA GERAL oferecida pelo autor, na forma da subemenda anexa - APROVADO. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 449/09 e 467/09. O Sr. Deputado Jocelito Canto apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 081/09. O Sr. Deputado Reni Pereira apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 429/08. O Sr. Presidente coloca em votação os requerimentos - APROVADOS; 11) Projeto de Lei nº 467/09 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 081/09 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. O Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, relator, requer a conversão da matéria em diligência junto à Procuradoria Geral do Estado, lido pelo Deputado Reni Pereira - DEFERIDO pelo Presidente; 13) Projeto de Lei nº 449/09 de autoria do Poder Executivo. Os Srs. Deputados Reni Pereira, Tadeu Veneri e Jocelito Canto SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 14) Projeto de Lei nº 429/08 de autoria do Poder Executivo. Os Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli, Jocelito Canto, Tadeu Veneri e Francisco Bühler SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente, bem como vista a todos os Srs. Deputados; 15) Projeto de Lei nº 487/09 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 494/09 de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 508/09 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 509/09 de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 514/09 de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma das emendas anexas - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 517/09 de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 518/09 de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 519/09 de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 520/09 de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 521/09 de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 525/09 de autoria do Deputado Duílio Genari - Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins, lido pelo Deputado Reni Pereira - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
 Ana Andretta - Secretária

Publicações Administrativas:

RESUMO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/09

Resumo de Pregão

Protocolo: 11050/09.

Lote	Empresa Vencedora	Especificações	Valor	Protocolo de Pgto.
1	Luiz Fernando Neris	600 fardos de papel toalha, branco de alta qualidade, papel institucional, cada fardo com oito bobinas, medindo 20cm x 100 metros.	11.118,00	12.026/09
2	Brayannet Informática Ltda - ME	70 unidades de cartucho para impressora HP código C9385AL (88) preto com 20,5ml, original da marca do fabricante da impressora, não recarregado e não remanufaturado. 50 unidades de cartucho para impressora HP código C9386AL (88) azul com 9ml, original da marca do fabricante da impressora, não recarregado e não remanufaturado. 70 unidades de cartucho para impressora HP código C9388AL (88) amarelo com 9ml, original da marca do fabricante da impressora, não recarregado e não remanufaturado. 30 unidades de cartucho para impressora HP código C9387AL (88) rosa com 9ml, original da marca do fabricante da impressora, não recarregado e não remanufaturado.	8.900,00	12.721/09

Diante do exposto, solicito que o presente seja encaminhado ao Sr. Diretor Geral para autorizar a publicação do resultado do referido Pregão Eletrônico.

Em, 09/10/09.

(aa) MARCELO GONÇALVES CORDEIRO

Pregoeiro

LUCI MARTINS AZEVEDO

DANTE ANTONIO LECHINSKI

Equipe de Apoio

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 017/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1° Fica aprovada a prestação de contas dos Srs. Deputados, conforme Resolução n° 003/04, com as modificações contidas na Resolução n° 003/09, referente ao mês de agosto de 2009.

Art. 2° Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 24/08/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Errata:**Projeto de Resolução n° 017/09**

Estamos republicando a Redação Final do Projeto de Resolução n° 017/09, pelo fato de ter sido publicado com incorreção no Diário da Assembleia n° 114/09, de 29/09/09.

